

Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Jornalismo realizado sob a orientação científica da
Professora Doutora Dora Santos Silva

Para o Tó,

Que me mostrou os mapas

“O autor apreciaria que a Europa deixasse de ser o continente egoísta que foi até hoje para (...) que viesse a ser no mundo um elemento de defesa dos valores da humanidade e reconhecimento dos direitos dos povos que (...) foram e continuarão a ser ignorados”

(José Saramago)

AGRADECIMENTOS

Cheguei a pensar que os agradecimentos seriam das partes mais complicadas de escrever deste trabalho, no entanto, vejo agora que não. A verdade vem por si só.

Antes de mais, este Trabalho de Projecto é dedicado à pessoa que me mostrou o primeiro filme da minha vida sobre êxodos, que vi vezes sem conta na minha infância. Retratava a fuga dos judeus do Egipto e, olhando para trás, percebo porque foi tão fácil escolher este tema.

Em primeira linha, quero agradecer à Professora Dora Santos Silva. A minha (muito) querida orientadora tudo suportou com um sorriso nos olhos. Tudo apoiou. Espicçou a minha curiosidade desde as aulas, levou-me a pensar que seria possível e aqui estamos nós. Não imagino este Trabalho de Projecto com outro tema, mas também não o imagino com outro orientador.

Logo de seguida, quero agradecer aos meus pais. Acredito que é mais fácil prosseguir vida fora quando sabemos que somos um motivo de orgulho. O meu pai e a minha mãe nunca mo fizeram esquecer e, se nunca lhes disse a ajuda que isso tem sido, fica aqui devidamente proclamado.

Quero agradecer (tanto) ao Pedro, meu namorado, que foi uma bússola nesta jornada. Estou certa de que, tal como eu, ele sempre acreditou neste trabalho. E em mim, o que é de uma importância incontornável.

À Gina, ao Rúben e ao João, pelo eterno carinho, pela presença e pelas palavras de incentivo, respectivamente. Nada foi (ou será) esquecido.

Agradeço muito à minha “costela alentejana”, ao meu Tio Carlos e Avó Glória, sobreiros que não me fazem esquecer as origens, mas que sempre aceitaram o meu coração viajante.

À Sandra e ao André que, ao meu lado no trabalho, suportaram crises existenciais sem fim. Aos meus amigos, aqueles que ficaram felizes por mim quando souberam que

tinha iniciado este mestrado e que sempre acreditaram que seria capaz de o concluir.
Mais do que eu, em boa verdade.

À FCSH, que me mostrou, pelas suas gentes, pelo seu jardim, que a faculdade é
a casa onde nos sentimos bem e onde desejamos voltar.

A todos, os nominados e os inominados, e àqueles que me inspiraram (que foram
muitos),

O meu sincero obrigada!

A Crise dos Refugiados no Mediterrâneo

- A Cobertura Jornalística em Portugal e proposta de modelo editorial

Débora Raquel dos Santos Guerreiro

RESUMO: A crise dos refugiados na Europa marcou a actualidade em 2015, gerou um grande debate mundial e tornou-se num tema que nunca mais saiu da agenda mediática e política. Tendo por base o papel desempenhado pelo jornalismo na modelação de percepções, pretendeu-se desenvolver um trabalho de projecto que acautelasse as melhores práticas de cobertura jornalística para as crises de refugiados. Com vista a um modelo editorial, foi projectada uma secção autónoma a ser integrada num periódico online, na qual se conjugam vários elementos: de actualidade, de explicação, de pendor humano e de contextualização da temática em causa, utilizando-se os diversos recursos da multimedialidade e do hipertexto. Para alcançar tal objectivo, foi divulgado um questionário, pois considerou-se pertinente saber qual a opinião do público face à cobertura feita pelos média portugueses. Foi também analisada a cobertura dos periódicos Observador e Público, no campo online, pelo período de uma semana. Através da análise do questionário e da análise de conteúdo, revelaram-se falhas na cobertura a vários níveis, nomeadamente na especialização dos conteúdos, na explicação e contextualização das peças, na falta de um maior comprometimento dos jornalistas com os direitos humanos, entre outros aspectos. O trabalho de projecto procurou, assim, colmatar as lacunas verificadas no tratamento de um assunto que, atendendo à existência de grandes movimentos migratórios pelo mundo, está longe de se esgotar.

PALAVRAS-CHAVE: refugiados, crise de refugiados, migrações, jornalismo de direitos humanos, jornalismo global, jornalismo de contexto, jornalismo intercultural, jornalismo digital.

ABSTRACT: The crisis of the refugees in Europe was a milestone in 2015, generating a great world debate and it became a topic that has never again left media and political agenda. Based on the role played by journalism in modeling perceptions, it was intended to develop a project that cautioned the best journalistic coverage practices for the crises of refugees. Looking for an editorial model, it was designed an autonomous section to be integrated into an online journal, combining several elements: actuality, explanation, human focus and contextualization of the referred subject, using the several resources of multimedia and hypertext. In order to achieve this objective, a survey was published, as it was considered relevant to know the public's opinion regarding the coverage made by the Portuguese media. The online coverage of *Observador* and *Público* journals was also analyzed for a period of one week. Based on the analysis of the survey and the content analysis, some flaws came up in the coverage, at many levels, namely in the specialization of contents, in the explanation and contextualization of the news pieces, in the lack of a greater commitment of journalists towards the human rights, among other aspects. The project has thus sought to fill the gaps of a topic that, given the existence of major migratory movements around the world, it is far from its end.

KEYWORDS: refugees, refugees crisis, migrations, human rights journalism, global journalism, context journalism, intercultural journalism, online journalism.

ÍNDICE

Introdução.....	1
Capítulo 1: Abordagem teórica.....	4
1.1. A Crise dos Refugiados na Europa	4
1.2. Enquadramento legal.....	7
1.3. Crise dos Refugiados: Contributos de diferentes abordagens jornalísticas.....	13
1.4. Potencialidades do ambiente digital para a cobertura jornalística.....	23
Capítulo 2: Objectivo e Metodologia.....	29
2.1. Objectivo geral.....	29
2.2. Abordagem metodológica.....	29
2.2.1. Estrutura do questionário.....	29
2.2.2. Análise de conteúdo: descrição da amostra e variáveis de análise.....	30
Capítulo 3: Apresentação e discussão de resultados.....	33
3.1. Apresentação dos resultados do inquérito.....	33
3.1.2. Discussão dos resultados do inquérito.....	41
3.2. Apresentação dos resultados da análise de conteúdo.....	43
3.2.1. Discussão dos resultados da análise de conteúdo.....	57

Capítulo 4: O Projecto – das premissas ao modelo editorial.....	60
4.1. Proposta de arquitectura da informação.....	60
4.2. Recursos humanos.....	71
4.3. Parceiros.....	72
Conclusão.....	74
Bibliografia	87
Apêndice A: Questionário.....	i

Introdução

A crise dos refugiados na Europa (ou no Mediterrâneo) ocupou os média portugueses e internacionais em 2015, de que ainda existe eco aos dias de hoje, devido a um fluxo massivo de cerca de um milhão de pessoas que, vindas de países em conflito do Médio Oriente e do norte de África, tentavam alcançar o continente europeu através do mar Mediterrâneo. Milhares morreram nas travessias, traídos pelo mar e por traficantes que os exploraram.

A chegada dos sobreviventes à Europa (e a noção dos que não conseguiram chegar) colocou a crise dos refugiados na agenda jornalística, assim como na agenda de política internacional. Convivemos com peças diárias, quer na imprensa, televisão e rádio quer na Web e nas redes sociais. E ainda convivemos hoje, até porque os conflitos que motivaram a insegurança e a perseguição dos refugiados não param de aumentar.

Em bom rigor, este êxodo não começou em 2015, apenas ganhou mais expressão numérica e visibilidade mediática. Em consequência, as populações dos países receptores (europeus), e outros, ficaram cada vez mais atentos à temática. E expectantes. Se é verdade que se assistiram a grandes movimentos de solidariedade, não menos verdade é que a crise veio despoletar o medo de uma “invasão” de pessoas cuja cultura e crenças eram tão diferentes das suas. O que, aliado ao já existente problema do terrorismo, potenciou uma onda de suspeição pela Europa, que tem vindo a ser fortemente sentida na sociedade.

Neste conjunto de factores que aqui sumariamente se apresentam, ressalta o papel do jornalismo na transmissão da mensagem e na criação de percepções do público. Sendo esta componente não curricular do mestrado em Jornalismo um Trabalho de Projecto, o objetivo último foi desenvolver o protótipo de um modelo editorial de cobertura jornalística da crise dos refugiados, que corresponda, por exemplo, a uma secção de um diário digital generalista. Este objetivo foi alcançado através de uma metodologia mista, que contemplou um questionário e análise de conteúdo.

Este trabalho procura, assim, em primeiro lugar, perceber qual a opinião e percepção do público face às peças jornalísticas produzidas e veiculadas pelos média portugueses no que concerne à crise dos refugiados na Europa em 2015. Para esse fim, foi criado um questionário que contemplou as matérias consideradas mais pertinentes para o objectivo em mente, procedendo-se depois à análise das respostas.

Em segundo lugar, foi feita uma análise de conteúdo de peças jornalísticas produzidas pelos diários Observador e Público (disponíveis online) num período específico – a semana após o naufrágio que nos trouxe a tragédia do pequeno Alan Kurdi – que ficou conhecido como “o naufrágio da humanidade” e que motivou uma grande cobertura jornalística e uma consternação social de dimensão global.

Confrontando os resultados da análise de conteúdo e das respostas ao questionário, propõe-se o protótipo de um modelo editorial para a cobertura jornalística de crises de refugiados, correspondente a uma secção de um diário generalista, que consubstancia uma série de recomendações e boas práticas quanto à cobertura desta temática e permita superar as fragilidades encontradas.

Esta não é, seguramente, uma crise estanque. Os conflitos que a alimentaram – e ainda alimentam – continuam activos. As rotas (marítimas ou terrestres) poderão mudar, ao sabor das conjecturas, mas as pessoas continuarão a movimentar-se, tendo por objectivo os países que sabem ser seguros, ao contrário dos seus. Porque este é um mundo globalizado e a informação chega facilmente, em especial àqueles que a procuram.

E se esta crise de refugiados não se afigura estanque, não poderão deixar de ser mencionados os vários fluxos migratórios actualmente em curso pelo mundo, como as populações da América Central que tentam alcançar o norte do continente americano, bem como a crise humanitária do povo Rohingya.

As crises de refugiados sempre existiram e continuarão a existir no globo. Este não é um dado novo. Mas tentar dotar a cobertura jornalística dos elementos necessários para que estes movimentos sejam verdadeiramente compreendidos

(especialmente pelas populações receptoras) constitui ainda um desafio, o que aqui se tentará aprofundar.

Capítulo 1. Abordagem teórica

1.1. A Crise dos Refugiados na Europa

Por forma a analisar a cobertura dos média sobre a crise dos refugiados, é essencial compreender os factos e o seu enquadramento legal. O mar Mediterrâneo, embora porta para um continente em paz, pode ser hoje encarado como a mais perigosa fronteira pacífica do mundo (Miltner, 2015). Segundo a autora, no final de 2015 estava já desenhado o fenómeno que transformou a crise dos refugiados que cruzaram o mar Mediterrâneo, com o intuito de alcançar a Europa, no maior fluxo de migração desde a II Guerra Mundial. Vindos de países como a Síria, Afeganistão, Eritreia e Iraque, procuram na Europa uma nova vida, embora apenas aqueles que consigam o estatuto de refugiados possam permanecer no continente.

Aquela que é conhecida como a “Crise Migratória Europeia” teve a sua origem em meados dos anos 2000 para culminar em 2015 com a chegada à Europa, especialmente através da costa grega, de refugiados e migrantes que atravessam o Mediterrâneo arriscando as suas vidas em pequenos barcos sobrelotados providenciados por traficantes (Peters & Besley, 2015). No que respeita ao contexto geopolítico, os mesmos autores destacam o conflito na Síria e a constante instabilidade de países do Norte de África (designadamente da Líbia), de onde os migrantes frequentemente partem.

Em 2014, tinham sido já recebidos 626 mil pedidos de asilo pelos membros da União Europeia (sendo o maior aumento dos refugiados sírios), o que representou o maior número até então desde o pico de 1992 (Peters & Besley, 2015). Só por mar, através do Mediterrâneo, entraram na Europa 165.000 pessoas, quando em 2013 haviam entrado 60.000 (UNHCR, 2014). Neste relatório do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) havia também sido calculado que, em 2014, cerca de três mil migrantes morreram sozinhos na tentativa de alcançarem a Europa.

Se os números já tinham aumentado dez vezes mais entre 2013 e 2014 (Zetter, 2015), o ACNUR calculou que em 2015 entraram na Europa através do Mediterrâneo 1.015.078 pessoas, sobretudo pela Grécia e pela Itália, tendo 3.771 desaparecido ou mesmo morrido na tentativa (UNHCR, 2018). Pese o fluxo de entradas tenha abrandado desde então, o ACNUR calculou que, em 2016, 362.000 refugiados alcançaram a Europa através do mar Mediterrâneo, tendo perecido ou desaparecido 5.096 pessoas. Em 2017, o número de chegadas pela mesma via alcançou 172.301, com 3.139 de óbitos ou desaparecimentos. Até à data de conclusão deste estudo, a estimativa dos primeiros três meses de 2018 atingia 13.289 chegadas e 488 desaparecimentos (UNHCR, 2018).

Segundo dados da FRONTEX (Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados Membros da União Europeia), em 2015 ganhou visibilidade a rota do Este do Mediterrâneo, que serve a entrada dos migrantes (na sua maioria sírios, afegãos e iraquianos), através da Turquia e da Grécia, que encaminhou a chegada às ilhas gregas de mais de 870.000 migrantes (FRONTEX, 2016). Para efectuarem a travessia, os migrantes recorrem a redes de traficantes que operam através da rota e que facilitam a passagem por mar, através de barcos de borracha e, por vezes, de barcos de pesca maiores. Embora, de acordo com testemunhos de migrantes, a FRONTEX (2016) tenha conhecimento de que os traficantes fazem descontos nas viagens que decorram sob piores condições climáticas, facilitando também a tragédia. Outra rota especialmente utilizada em 2015 foi a rota de África, designadamente pela passagem pela Líbia até à União Europeia, muito utilizada pelos migrantes do Corno de África e de países do oeste africano.

De acordo com a mesma fonte, na primeira metade de 2015, perto de metade dos sírios que chegaram à Grécia por mar haviam estado a residir na Turquia por meses, ou mesmo anos, antes da partida. Porém, a partir de Julho de 2015, cada vez mais sírios partiram directamente do seu país de origem, através da Turquia para a Europa.

Yazgan *et al.* (2015) afirmam que a migração é iniciada por dificuldades, restrições, choques, bem como violência e guerras no país de origem, cujo clima de insegurança faz com que as pessoas se desloquem. A guerra na Síria começou com protestos nas ruas contra a governação de Bashar al – Assad, na sequência da Primavera

Árabe, o que culminou numa guerra civil. Como consequência, provocou um enorme fluxo que não era expectável, mas que começou a produzir refugiados em Abril de 2011 e que, ao longo dos anos de conflito, originou deslocamentos para os países vizinhos como a Turquia, Egipto, Iraque, Jordânia e Líbano.

A realidade é que, inúmeras vezes, não existem condições de vida nos campos de refugiados, com problemas de assistência e falta de protecção e segurança, até porque muitos destes são instalados nas fronteiras com o país onde se desenrola o conflito (Rocha & Moreira, 2010). Segundo Zetter & Ruaudel (2014), os refugiados sírios nos países vizinhos encontram apenas casualmente trabalho não qualificado, sendo as oportunidades extremamente limitadas.

Seguindo a discussão de Zetter (2015), os deslocamentos forçados são o resultado da falha dos governos em proteger as suas populações das violações dos direitos humanos. Porém, talvez a característica mais importante dos padrões actuais de deslocamentos seja a de que os migrantes estão incrivelmente predispostos a padrões mais altos de mobilidade, o que se verifica numa escala regional e global.

Portanto, quando, em Abril de 2015, a atenção global se virou para os migrantes que tentavam entrar na União Europeia, após muitas embarcações terem naufragado no Mar Mediterrâneo, estes foram recebidos de diversas formas: fiscalizados como fugitivos, tolerados como convidados, tratados como vítimas, identificados como ameaças culturais e atacados como inimigos (Naimou, 2016). Ainda assim, estes esperam participar na vida civil que poderia ser a deles: a adolescente síria confinada a uma cadeira de rodas expõe os seus planos de entrar na universidade, os migrantes usam GPS e telemóveis e até o corpo de Alan Kurdi, encontrado numa praia turca, poderia ser o de qualquer refugiado europeu (Khoury, 2015; Clarke & Shoichet, 2015, citados por Naimou, 2016).

1.2. Enquadramento legal

Evolução histórica

A definição e os direitos dos refugiados estão consagrados internacionalmente na Convenção Relativa ao Estatuto do Refugiado de 1951, também conhecida como Convenção de Genebra. O regime internacional para refugiados encontra-se directamente relacionado com o regime internacional dos direitos humanos, pois foi no rescaldo da II Guerra Mundial que estes direitos começaram a ser debatidos na comunidade internacional (Rocha & Moreira, 2010). A Declaração Universal dos Direitos Humanos veio a ser adoptada pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1948, garantindo a qualquer pessoa sujeita a perseguição o direito a pedir asilo noutro país (McIntyre, 2003). O direito que está hoje consagrado no artigo 14.º da Declaração Universal teve as suas origens no “direito a santuário”, que remonta à Antiga Grécia, Roma Imperial e à Civilização Cristã inicial (Edwards, 2005).

O papel do ACNUR

Um tratado internacional que suporta princípios como os mencionados necessitava de suporte, motivo pelo qual, segundo Zetter (2015), o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) foi estabelecido em 1950 com a responsabilidade de supervisionar a Convenção e conferir protecção internacional dos refugiados abrangidos pela sua competência, bem como em perseguir soluções duradouras para os envolvidos. De acordo com Kalin (2003), o artigo 35.º da Convenção de 1951 e o artigo II do Protocolo de 1967 (que o complementou) conferem a base legal para obrigar os Estados partes a aceitarem o papel do ACNUR como garante da protecção internacional aos requerentes de asilo e refugiados, assim como para obrigá-los a responder aos pedidos de informação do ACNUR (respeitantes à condição dos refugiados, à aplicação da Convenção e do Protocolo e informações relativas a normas internas que possam vir a ser aplicadas aos refugiados), bem como para aceitar o

carácter vinculativo de certas directrizes do ACNUR, como por exemplo, o Handbook on Procedures and Criteria for Determining Refugee Status (2011), entre outras.

A definição de refugiado na Convenção de Genebra de 1951

De acordo com a Convenção, “refugiado” é uma pessoa que “receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e que não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a protecção daquele país” (1951, p. 1). O texto original da Convenção, no seu artigo 1.º, fazia depender o âmbito de aplicação a “acontecimentos ocorridos antes de 1º de Janeiro de 1951” (Convenção de Genebra, 1951). Como defende Conley (1993, citado por Rocha & Moreira, 2010), as restrições da Convenção refletiam a convicção de que os refugiados eram um problema temporário na Europa e que iria ser resolvido.

Como se lê no preâmbulo do Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados, desde que a Convenção foi adoptada surgiram novas situações de refugiados que poderiam não estar incluídos no seu âmbito, pelo que foi considerado desejável que todos os refugiados fossem abrangidos pela definição da Convenção, independentemente do limite temporal de 1 de Janeiro de 1951 (Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados, 1967). Assim, enquanto a Convenção original era limitada a pessoas que fugiam de perseguição em resultado da II Guerra Mundial, o Protocolo de 1967 veio tornar a Convenção verdadeiramente global, ao remover os limites temporal e geográfico (Zetter, 2015).

Porém, conforme conclui o mesmo autor, outras mudanças são necessárias hoje em dia. Quando a realidade de 2015 nos trouxe o maior êxodo desde a II Guerra Mundial, torna-se relevante enfatizar que a definição de refugiado até agora utilizada é inadequada para capturar a variedade dos factores migratórios a que hoje assistimos, que vão para além da perseguição *per si*. Verificam-se, pois, fluxos migratórios mistos,

que combinam migração forçada com migração voluntária, numa escala por vezes imprevisível.

Por conseguinte, Zetter (2015) salienta que um número cada vez maior de migrantes forçados se vê excluído do sistema legal que os define, expondo à luz do dia lacunas de protecção que se vislumbram quando os instrumentos legais de protecção não cobrem a totalidade das necessidades contemporâneas. E ainda que a muitos indivíduos nessas circunstâncias seja aplicada uma “protecção temporária” (o que atesta que os países estão sensíveis à vulnerabilidade das pessoas), também se pode concluir que, não os encarando como verdadeiros refugiados, os países vêem reduzido o número de pessoas que recebem esse estatuto, bem como todas as obrigações que daí advêm à luz da Convenção de 1951 (Zetter, 2015).

Aliás, as pessoas que fogem dos seus países devido a conflitos armados não são normalmente consideradas como refugiados nos termos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967 (apesar de terem a protecção de outros instrumentos como a Convenção de Genebra de 1949 relativa à Protecção de Pessoas Civis em Tempo de Guerra e o Protocolo Adicional de 1977 relativo à Protecção de Vítimas de Conflitos Armados Internacionais). No entanto, como a ocupação do território em conflito pode resultar em perseguição das pessoas por qualquer uma das razões apontadas na Convenção de 1951, a concessão do estatuto de refugiado irá depender da demonstração fundamentada do seu receio de perseguição, bem como na inexistência de protecção no seu próprio país (UNHCR, 2011). Face às situações descritas, Zetter (2015) conclui que o sistema normativo de protecção existente já não é suficiente para suportar os desafios actuais de protecção da migração forçada, pelo que urge reconceptualizar a protecção para além dos conceitos de determinação de refugiado definidos pela Convenção de 1951.

Os princípios norteadores e a sua aplicabilidade na prática

A Convenção original foi subscrita por 26 estados, contando actualmente com 147, e apoia-se em três princípios fundamentais: não discriminação (quanto à raça, à religião ou ao país de origem), não penalização e o *non-refoulement*, ou seja, a não expulsão (Peters & Besley, 2015). A Convenção cobre ainda um grande número de direitos políticos e civis, bem como direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente o direito à liberdade de religião, à propriedade, à propriedade industrial, direitos de associação, acesso aos tribunais, direito a uma profissão assalariada, bem como a uma profissão não assalariada e reconhecimento dos diplomas profissionais, assim como ao bem-estar, segurança social e educação (Edwards, 2005). No entanto, de acordo com o mesmo autor, poucos dos direitos incluídos na Convenção se aplicam verdadeiramente aos requerentes de asilo, tais como o direito à não penalização e ao *non-refoulement*.

O princípio da não penalização obriga os Estados contraentes a não imporem penalidades aos refugiados que cheguem às suas fronteiras de forma ilegal, vindos directamente de território em que a sua vida ou liberdade esteja ameaçada, ou que entrem no seu território sem autorização, desde que estes se apresentem às autoridades e demonstrem boas razões para a sua entrada ilegal (Goodwin-Gill, 2001).

Como excepção ao princípio, os Estados apenas podem aplicar as restrições necessárias e somente enquanto o estatuto de refugiado não estiver regularizado. Embora as referências do artigo aos refugiados que “vindos directamente” de território em que a sua vida ou liberdade esteja ameaçada e que demonstrem “boas razões” para a sua entrada ilegal possam parecer ambíguas, os trabalhos preparatórios da Convenção demonstram que esses termos não tinham a intenção de negar protecção a pessoas que estivessem em situações semelhantes. Afinal, um Estado que impusesse penalidades sem ter em conta o mérito do pedido de reconhecimento como refugiado, iria violar a sua obrigação de protecção dos Direitos Humanos de qualquer pessoa que esteja dentro da sua jurisdição (Goodwin-Gill, 2001).

Contudo, milhares de refugiados e requerentes de asilo são detidos pelo mundo fora e vêem a sua liberdade ser restringida. Por vezes, a detenção é vista como uma resposta necessária para assegurar a segurança do estado ou o bem-estar da comunidade. A detenção de refugiados tende a refletir tendências restritivas em torno dos mesmos, o que pode evidenciar xenofobia e ser consequência de lacunas ao nível nacional, como a ausência de regras governamentais para a determinação de pedidos de asilo (Goodwin-Gill, 2001).

O autor também refere que o ACNUR defende, no seu *Guidelines on The Detention of Asylum Seekers*, que a detenção poderá ser contrária aos princípios das normas internacionais, pelo que deve ser dada prevalência a outras alternativas, como a utilização de responsáveis pelos refugiados, requisitos para residência e utilização de centros abertos. A detenção, por sua vez, apenas deve ser utilizada quando for necessária para verificar a identidade dos requerentes ou para determinar os elementos nos quais o pedido de asilo é baseado, designadamente, nos casos de destruição de documentos ou perante documentação falsa, de forma a proteger a segurança nacional.

Por sua vez, segundo Lauterpacht & Bethlehem (2003), o *non refoulement* é um conceito pelo qual se proíbem os estados contraentes da Convenção e do Protocolo de devolverem os refugiados, de qualquer forma, para territórios em que exista risco para a sua vida e liberdade, tendo em conta a sua raça, nacionalidade, pertença a um determinado grupo social ou opinião política. Já não terão o mesmo tratamento os refugiados que sejam considerados um perigo para a segurança do país no qual se encontre ou que constituam uma ameaça para a comunidade, por terem sido condenados por crime particularmente grave.

Será de salientar que o *non refoulement* não está limitado àqueles que foram formalmente reconhecidos como refugiados pois, para os propósitos da Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967, uma pessoa que satisfaça as condições do artigo 1.º, é um refugiado independentemente de ter sido (ou não) formalmente reconhecido como tal segundo as leis do estado em que se encontra – o que foi expressa e autoritariamente reconhecido pelo ACNUR no seu *Handbook on Procedures and Criteria for Determining Refugee Status* (Lauterpacht & Bethlehem, 2003).

Segundo Durieux & McAdam (2004), os princípios da Convenção nem sempre têm reflexo na realidade, pois verificam-se situações de grandes grupos de refugiados a viver em condições deficientes, ainda que em países partes da Convenção. A muitos, inclusivamente, é negada a protecção económica e social estipulada pela Convenção, o que apenas se poderia justificar no início do fluxo, mas que deveria melhorar e não deteriorar-se. Assim, ainda que os refugiados não sejam devolvidos e sujeitos a situações de perseguição, são muitas vezes deixados num limbo legal, enquanto se arrastam as situações de larga escala. Lauterpacht & Bethlehem (2003) concluem que o princípio de “non-refoulement” é um componente fundamental da proibição de tortura ou tratamento desumano, excluindo-se a expulsão ou devolução de refugiados para territórios em que possam estar sujeitos a um risco directo ou mesmo para territórios de onde possam vir a ser removidos para um terceiro território não seguro.

Outros instrumentos

Há ainda que salientar que as normas relativas a refugiados, apoiadas na compreensão da história dos movimentos populacionais, foi-se desenvolvendo, o que deu origem a uma série de instrumentos regionais, designadamente os Princípios de Bangkok sobre o Estatuto e o Tratamento de Refugiados, de 1966; a Convenção que Rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África (Organização da União Africana), de 1969; bem como a Declaração de Cartagena, de 1984 (Peters & Besley, 2015). Já a União Europeia, que aboliu as suas fronteiras internas com a Convenção de Schengen, instituiu a Convenção de Dublin em 1997 (e o Regulamento de Dublin II em 2003), instaurando assim critérios para determinar qual o Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de asilo (Cabral, 2015).

Seguindo a discussão do trabalho de Cabral (2015), o sistema está assente no princípio de que apenas um Estado-Membro é responsável pelo pedido de asilo, pelo que o requerente deve pedir asilo ao primeiro estado de entrada, sendo que, se daí prosseguir para outro estado, este pode devolvê-lo ao primeiro. No entanto, verificam-se falhas sistémicas em determinados estados, que não conseguem dar resposta ao

número de refugiados. É entendimento do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH) que o requerente só pode ser transferido para um país da União no qual entrou se esse país conseguir providenciar pelo respeito dos Direitos Humanos, condições de vida e segurança, não se dispensando uma avaliação criteriosa pelas autoridades para se verificar se existem garantias suficientes de que a pessoa não está sujeita a tratamentos degradantes ou a ser devolvida, directa ou indirectamente, para o seu país de origem (Cabral, 2015).

1.3. Crise dos refugiados: contributos de diferentes abordagens jornalísticas

Para além do enquadramento legal, várias são as vertentes do jornalismo que se entrecruzam com o tema dos refugiados. Torna-se, pois, pertinente abordar o jornalismo intercultural, o jornalismo global e o jornalismo de direitos humanos.

Jornalismo Intercultural

Os fluxos migratórios aqui em causa são constituídos por pessoas inseridas numa determinada cultura, que se deslocam para países de outras culturas, pelo que urge falar em jornalismo intercultural. Segundo Silva (2016), a comunicação entre pessoas de diferentes culturas pressupõe saber o que é a cultura, bem como a aquisição de conhecimentos e valores, de forma a permitir uma abertura à alteridade, ou seja, a qualidade do que é outro. A autora defende que os média assumem um papel preponderante para clarificar o conceito de cultura e para tornar perceptível a alteridade. O diálogo e a discussão são, pois, fundamentais para uma sociedade multicultural bem sucedida (Parekh, 2006, citado por James, 2008), que não pode ser construída sob um único projecto cultural.

Por forma a desenvolver nos estudantes o conhecimento de questões interculturais em todas as suas dimensões, aplicável à produção jornalística, a UNESCO propôs um modelo curricular para o ensino do jornalismo, que inclui um *syllabus* para o jornalismo intercultural (Cabedoche, 2013). Segundo o autor, a prioridade do mesmo é prevenir que o próprio jornalismo se enrede no intrincado mosaico da cultura.

Para responder aos objectivos deste *syllabus*, Silva (2016) defende uma dimensão de jornalismo intercultural que privilegia a cobertura de acontecimentos globais a partir de um ângulo cultural, com a presença de uma maior dimensão antropológica, utilizando as potencialidades digitais para fornecer contexto, explicação e memória às peças. Não sendo suficiente dar mais espaço nos média aos acontecimentos globais e sim também fornecer-lhes contexto, a finalidade será sempre um melhor entendimento da cultura do outro.

Jornalismo Global

Através da cobertura feita pelos média, assistimos à chegada dos refugiados às fronteiras da Europa, munidos com os seus telemóveis com serviço de GPS, como se estes estivessem a entrar nas nossas próprias casas. As tecnologias da informação vieram revolucionar a proliferação da informação, por tornarem-na instantânea e permitirem-na chegar a todo o lado, fazendo nascer o poder do jornalismo global (Jallow, 2015). Como afirma Cottle (2009), as tecnologias digitais e os sistemas de distribuição por satélite disseminam diariamente uma multiplicidade de imagens, ideias e informações para continentes distantes e diferentes culturas, com os telemóveis e a internet a providenciarem oportunidades inimagináveis para novas formas de conectividade hoje facilmente equacionáveis. Segundo Wasserman (2011), o crescimento dos blogues e das redes sociais tiveram impacto na produção de notícias e nos modelos de negócio tradicionais, fazendo com que os média online liguem jornalistas, cidadãos e audiências num novo modelo de colaboração. A esse respeito, Heinrich (2008) seguiu o conceito de “rede” de Castells (1996), encarado como o modelo central nas estruturas da informação no século XXI, e defendeu que a “rede” transformou a esfera do jornalismo profissional de uma forma bastante comum nas várias regiões do mundo, criando novas formas de prática jornalística. O jornalismo global pode ser entendido como uma prática através da qual se investiga como é que as pessoas e as suas acções, problemas e condições de vida, se interrelacionam nas diferentes partes do mundo (Berglez, 2007, citado por Berglez, 2008). Para Berglez (2008), o jornalismo global compreende um olhar ou perspectiva global, que procura

entender e explicar como é que os problemas económicos, políticos e sociais de diferentes partes do mundo podem afectar-se mutuamente. Mas se, por um lado, a tecnologia permite a comunicação global, por outro, não consegue sozinha providenciar por este olhar global. Este professor sueco entende que o jornalismo global contém as representações jornalísticas de espaço global, pela inexistência de um centro espacial específico a que as histórias estejam limitadas; de poderes globais, que estão incluídos nas notícias como poderes económicos e políticos e que têm o potencial de influenciar o mundo inteiro, bem como de identidades globais, dada a dissolução de fronteiras e a mobilização de lutas que não têm pertença exclusivamente nacional.

De acordo com Hafez (2009), a definição proposta por Reese (2008, citado por Hafez, 2009), de que o jornalismo global costuma ser definido como um sistema de captação, edição e distribuição de notícias não baseado em fronteiras nacionais ou regionais, está incompleta, porque as forças por detrás dos média ainda são maioritariamente de âmbito nacional do que global. O autor defende que a cobertura de notícias globais apenas toca a ponta do iceberg de notícias e eventos produzidos diariamente pelo mundo e que, embora na era da globalização, esta não permite à maior parte do público sair dos seus discursos nacionais, o que provoca uma fragmentação e descontextualização das matérias.

Seguindo a discussão deste autor alemão (2009), o *European Centre on Racism and Xenophobia*, num estudo sobre o racismo e os média, concluiu que a imagem dos estrangeiros e migrantes é muitas vezes distorcida, pelo que a era global não alterou, por exemplo, os estereótipos existentes no ocidente relativamente ao Islão e Muçulmanos. “A ideia de que as pessoas conseguem entender ‘questões globais’ sem ter que ler sobre os seus contextos locais é enganadora” (Hafez, 2009), que defende o alargamento do espaço para a cobertura internacional, no pressuposto que o jornalismo tem a capacidade de habilitar as audiências a desenvolver um verdadeiro conhecimento global.

O jornalismo global, quando funciona, coloca na agenda política matérias como representação, responsabilidade e legitimidade (Jallow, 2015). A globalização do jornalismo ocorre através de uma multiplicidade de níveis, relações, intervenientes e

locais, que se combinam para criar novos espaços públicos (Reese, 2010). Este autor americano refere que o próprio conceito de “globalização dos média” sugere que não se tem a certeza se foram os média que levaram à globalização ou foram eles mesmos o resultado desta, afirmando, porém, que os média têm um lugar privilegiado em moldar o futuro globalizado, o que origina altas expectativas para fornecerem uma esfera pública global exequível.

De acordo com Volkmer (2002, citada por Reese, 2010), a esfera pública global é um novo espaço político com capacidade para pressionar a política nacional e fornecer comunicação que não seria possível a um nível nacional, dando como exemplo sítios de internet feitos por dissidentes chineses. Contudo, outros autores, como Reese (2010), recusam a ideia de considerar a esfera pública global como uma zona autónoma, defendendo que a globalização da esfera pública significa o processo através do qual a esfera nacional se torna desterritorializada, ao invés da criação de uma nova e diferenciada esfera pública global.

Jornalismo de Direitos Humanos

De grande relevância para a compreensão dos direitos fundamentais das pessoas e, neste caso em particular, para a compreensão da crise dos refugiados, encontra-se o jornalismo de direitos humanos, do qual nos iremos ocupar de seguida.

Os temas de direitos humanos ganharam proeminência durante a década de 1990, tanto no terreno da política como no da opinião pública, com o consequente reflexo nos meios de comunicação, que aumentaram as referências aos direitos humanos, bem como a cobertura jornalística sobre assuntos com estes relacionados (The International Council on Human Rights Policy, 2002). Este relatório do *International Council on Human Rights Policy* salienta que, embora não tenha a pretensão de sugerir que os temas de direitos humanos são mais importantes que outras notícias, estes apresentam características específicas, como a sua definição legal e aplicação, bem como influem directamente na formulação de políticas públicas, pelo que os média têm

o dever profissional de cobrir e explicar tais temas. Seguindo semelhante linha de pensamento, Beman *et al.* (2008) defendem que, aumentando a consciência e o conhecimento sobre os direitos humanos, aumenta também a sensação de segurança das pessoas, que confiarão que as violações destes direitos não serão ignoradas.

O jornalismo assume um papel de relevo nesta matéria. Antes de mais, o jornalismo – ou, mais especificamente, a liberdade de expressão – é um direito humano previsto no artigo 19.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que compreende o direito à livre expressão e o direito a procurar e a receber informação, embora ainda existam muitos países sem imprensa livre (Dias, 2013). As Nações Unidas sublinharam, inclusivamente, a importância da liberdade de imprensa como pilar dos direitos humanos, pressionando os governos a serem responsáveis pelos seus actos (Annan, 1999, citado por Rose, 2013).

A cobertura global possibilita que as pessoas assistam a eventos trágicos de qualquer parte do mundo, o que origina um sentimento de perda, bem como uma noção de responsabilidade e preocupação com o sofrimento distante (Dias, 2013). Porém, o público não é o único a sentir essa responsabilidade, pelo contrário. Thompson (2007) sugere a existência de uma responsabilidade para reportar, que se interliga com uma responsabilidade moral em relação aos direitos humanos, argumentando ainda que esta responsabilidade deveria estar em linha com a adopção, pela comunidade internacional, de garantias para a protecção de genocídio e atrocidades em massa. Retomando a discussão de Dias (2013), a autora salienta um relatório com quinze anos - *Carnegie Commission on Preventing Deadly Conflict* - que já reconhecia a capacidade dos média em estimular novas ideias e abordagens para os problemas por envolverem especialistas independentes que poderiam ajudar a garantir relatos exactos.

“Todos os jornalistas precisam aplicar uma agenda de direitos humanos no seu trabalho” (McIntyre, 2003). Os jornalistas têm a capacidade de informar e a oportunidade de educar o público para os seus direitos e, acima de tudo, de ajudar a monitorizar os direitos humanos (Beman *et al.*, 2008). Rose (2013) defende o conceito relativamente recente de *human rights-based approach to journalism*, que procura melhorar o papel padrão do jornalismo baseando-se no princípio de que a abordagem

aos direitos humanos não deve ser um esforço isolado, mas sim uma função fundamental nas obrigações quotidianas de um jornalista. Esta concepção é distante do jornalismo convencional ao carregar consigo uma obrigação para o activismo, obrigando o jornalista não apenas a identificar a violação, como a incluir na sua reportagem formas através das quais o abuso pode ser eliminado.

De acordo com Shaw (2012), o jornalismo de direitos humanos adopta cinco princípios do *rights-based approach to journalism*: ligações com as normas de direitos humanos, participação, responsabilidade, não-discriminação e capacidade, para além de se basear em valores como o humanitarismo, o holismo e a verdade. Ainda segundo este professor, a ligação entre jornalismo de direitos humanos e as intervenções humanitárias é baseada na premissa de que se o público, incluindo a classe política, obtiver um melhor entendimento dos problemas através da sua explicação (ao invés da sensacionalização), é mais provável terem empatia com o sofrimento das pessoas e apelarem à intervenção internacional (Shaw, 2012).

Falando-se em intervenções humanitárias, não se pode deixar de realçar o contributo das Organizações Não Governamentais, frequentemente apelidadas de ONG's, pelas suas campanhas e pelo papel que ocupam no jornalismo de direitos humanos. As ONG's são, muitas vezes, a primeira fonte de informação para os jornalistas e organizações de média (The International Council on Human Rights Policy, 2002). De acordo com o mesmo relatório, as ONG's produzem inúmeras publicações, destinadas a audiências variadas, com uma grande diversidade de assuntos e têm influência na cobertura jornalística feita aos direitos humanos. Muitas ONG's estabeleceram gabinetes de imprensa, para fomentar as relações com os média, bem como algumas experimentaram desenvolver os seus próprios veículos de informação.

Quase todas as ONG's publicam documentos, como manuais, brochuras e revistas, informando os média, os governos e outras instituições (The International Council on Human Rights Policy, 2002). Várias ONG's e as Nações Unidas publicam manuais por forma a treinar os jornalistas para os direitos humanos, identificando os padrões de direitos e os princípios jornalísticos necessários para uma abordagem consistente (Rose, 2013).

Muitas são as recomendações para que os jornalistas tenham treino sobre os temas a reportar, como cursos preparatórios de direitos humanos para alunos de jornalismo, formação profissional para jornalistas inseridos numa empresa, programas editoriais internos que visem as reportagens em direitos humanos, bem como acções que promovam o intercâmbio de opiniões entre jornalistas e organizações de direitos humanos aos níveis regional, nacional e internacional (The International Council on Human Rights Policy, 2002). Também de acordo com as recomendações de Rose (2013), este professor defende um treino de longo prazo para os jornalistas, o que pode incluir oficinas consultivas (*workshops*), entrevistas individuais e grupos de discussão com jornalistas, académicos e funcionários do estado envolvido, como parte de uma análise da situação.

É, pois, consensual que os jornalistas devem ter um bom entendimento das matérias chave que estão a abordar nas suas peças, bem como fazer referência às convenções internacionais, tratados e relatórios existentes (Beman *et al.*, 2008). No entanto, no que respeita especificamente ao tema dos refugiados (e das migrações em geral) há falta de jornalistas especializados na matéria, o que limita a cobertura, mas também há falta de vontade em lidar com tais questões (Gemi *et al.*, 2013). As autoras relembram que a própria profissão implica investigação efectiva e que o activismo jornalístico permitirá a exploração de novos tópicos, incluindo estes.

Em suma, a cobertura aos direitos humanos encerra ainda muitas questões em aberto. Em termos de categorização, Dias (2013) concluiu na sua investigação que em grande parte dos casos os direitos humanos são reportados sob o nome de outras categorias de notícias, sendo pouco frequentes os casos em que assumem essa designação especificamente. No que concerne ao conteúdo, uma das falhas habitualmente mais apontadas é a falta de contextualização das peças. Relativamente ao presente objecto de estudo, os requerentes de asilo têm sido historicamente despersonalizados nos média e apresentados como um grupo a ser temido e rejeitado (McIntyre, 2003). De acordo com este autor, os média usam frequentemente casos individuais de crime para apresentar o paradigma de um grupo como criminoso e outro como vítima. No entanto, muitos são os intervenientes que têm uma história para

contar, desde os refugiados, às comunidades envolvidas, o ACNUR e os governos. Afinal, o jornalismo não resolve o problema dos refugiados mas poderá ajudar as pessoas a compreenderem-se umas às outras.

É consensual que os média estão mais receptivos às questões de direitos humanos, o que não significa que a cobertura seja bem conseguida (The International Council on Human Rights Policy, 2002). Encontra-se neste relatório a referência a uma falta de memória histórica, explicada como a inabilidade em colocar os factos num contexto a longo prazo ou em relacionar uma série de eventos com outros, o que acaba por ser um obstáculo ao entendimento. Como forma de superação a tais obstáculos, no mesmo relatório é defendido que as questões de direitos humanos precisam ser explicadas no seu contexto, com as reportagens a ir para além dos incidentes pontuais e incluir os acontecimentos que lhe são conexos. Mais, é enaltecida uma abordagem por vários ângulos com o intuito de obter uma boa investigação, mais credível quando os repórteres e editores não se limitam a fontes secundárias e fazem as suas próprias investigações ou, ainda, quando se aliam aos média locais, reconhecendo o valor da análise local e que pode ajudar a evitar estereótipos.

Na linha da importância do papel do jornalismo sobressai a ideia de que os meios de comunicação são os mediadores entre as fontes ou objectos representados e os destinatários ou públicos dessas representações (Pöyhtäri, 2014). Prossegue a autora com a lógica de que o jornalismo e as esferas públicas que mantém é uma arena para a formação de opinião pública. Nesse sentido, os média, que representam ideias de “nós” e dos “outros”, tanto têm a habilidade para alargar os horizontes do público como para os restringir.

Como é transmitido por Allen *et al.* (2017), em “World Migration Report 2018”, a maior parte da investigação que é feita mostra que há tendência para se associar as más notícias às migrações. Assim como se denota uma tendência de demonstrar tais grupos de forma negativa, como quando são empregues pelos jornalistas expressões que promovem percepções negativas. E, assim, levanta-se a questão de saber como é que os média deverão falar sobre matérias tão complexas.

De acordo com o mesmo relatório, um dos motivos que tornam a cobertura do tema das migrações tão importante aos dias de hoje é o aumento do discurso anti-imigração e o aumento de projecção dos partidos anti-imigração em vários países europeus. Também Gemi *et al.* (2013) referem que os migrantes costumam ser representados como intervenientes sem voz e envolvidos em actos negativos, o que faz aumentar a retórica anti-imigração e promove uma falsa percepção no público.

Apesar deste panorama, as autoras defendem que, embora as boas notícias tenham frequentemente menos cobertura do que as más notícias, há uma tendência para os média começarem a ir para além da agenda política e tomarem iniciativas para que os “outros” sejam ouvidos. São elencados exemplos de notícias positivas que merecem ser exploradas, como as *estórias* que mostram o lado humano das migrações (para além dos conflitos), casos de famílias separadas que conseguem reunir-se, *estórias* em que os refugiados são um contributo positivo para a sociedade onde estão integrados, bem como notícias culturais.

Há, inclusivamente, meios de comunicação que têm conteúdos próprios para tratar estas matérias (Gemi *et al.*, 2013), no entanto, para que o tema não seja esquecido, a cobertura deve ser contínua e regular e não apenas para as notícias de “grande” impacto. Afinal, onde há uma grande *estória*, haverá espaço para outras que com esta estejam relacionadas.

Jornalismo de conflitos sensíveis (“conflict-sensitive journalism”)

Outra expressão adoptada para o tipo de jornalismo que pode ser integrado nesta temática é “conflict-sensitive journalism”, uma vez que vai na linha da cobertura positiva, numa lógica de procura por soluções e da escolha cuidada das expressões a utilizar (Howard, 2004).

De acordo com este autor, os conflitos podem ser reduzidos através do bom jornalismo. No seu relatório, são identificados vários elementos que os jornalistas

podem incorporar no seu dia a dia de trabalho, como a educação das partes em conflito para as dificuldades existentes em cada um dos lados, a correcção dos equívocos existentes entre estes, a cobertura dos dois lados da situação, a identificação dos interesses de cada lado, sem esquecer a humanização da questão, atribuindo-lhes nomes e rostos.

O bom jornalismo encoraja também as negociações, porque a sua cobertura deve ser imparcial e ponderada. Ao ser dada atenção aos dois lados, será encorajado um equilíbrio de poder. Aliás, o autor defende o bom jornalismo como um processo constante de procura por soluções (Howard, 2004). A este respeito, a boa cobertura jornalística passará por perguntar aos intervenientes em conflito pelas suas soluções, ao invés de insistir nas suas retóricas de queixas mútuas.

Face ao propósito de ajudar na redução do conflito, o referido autor defende que o bom jornalismo deve incluir rigor (a informação deverá ser a mais correcta possível), imparcialidade (para haver equilíbrio, a cobertura tem que incluir os dois lados em conflito) e responsabilidade (p.e. a obrigação de proteger as fontes nestes temas tão sensíveis), o que se traduzirá em confiança no trabalho que é desenvolvido.

Assim, o jornalista de conflitos sensíveis aplica estes princípios, mas sempre com vista a obter novas vozes e ideias sobre o conflito, olhando atentamente para ambos os lados e procurando saber como outros conflitos foram resolvidos. Não pode haver opção por lados, mas deve haver um compromisso na busca por soluções e, também por isso, a escolha das expressões a utilizar deve ser a mais ponderada possível (Howard, 2004).

1.4. Potencialidades do ambiente digital para a cobertura jornalística

Nos últimos anos, a emergência do jornalismo digital¹ elevou a cobertura dos acontecimentos – incluindo as catástrofes e a crise dos refugiados – a outro nível: mais interactivo, multimédia, contextualizado e colaborativo.

O jornalismo digital distingue-se dos chamados “meios tradicionais” por ter características essenciais como a multimedialidade, a hipertextualidade e a interactividade (Bastos, 2005). Mas, de acordo com o mesmo autor, “será porventura a vertente da narrativa hipermédia a representar uma das rupturas mais significativas”.

O livro “Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença”, editado por João Canavilhas (2014), centra-se precisamente na nova realidade que norteia o jornalismo digital: hipertextualidade, multimedialidade, interactividade, memória, instantaneidade, ubiquidade e personalização.

Seguindo Canavilhas (2014), a hipertextualidade é uma das características fundamentais no webjornalismo. Foi definido por Salaverría (2005, citado por Canavilhas, 2014) como a capacidade de interligar vários textos digitais entre si. Já Lévy (1993, citado por Canavilhas, 2014), encarou o hipertexto como um conjunto de nós ligado por conexões, podendo os “nós” ser palavras, imagens, gráficos ou sequências sonoras. Assim, Nielson (2000, citado por Magalhães, 2014) considera a existência de *links*, sejam eles internos ou externos, como a parte mais importante do hipertexto. E essa importância pode rever-se no facto de, como refere Canavilhas (2014), permitir a separação da informação em blocos informativos ligados através de hiperligações, o que conduz a uma vasta diversidade de itinerários de leitura.

Na senda deste autor, resulta a proposta de que a notícia web contenha quatro níveis de leitura, nomeadamente o acontecimento, a explicação (que se liga ao primeiro por uma só hiperligação que completa a informação do acontecimento), a

¹ Usamos nesta tese a expressão “jornalismo digital” porque tendemos a concordar com os argumentos de Santos Silva (2016), mas autores citados, como Bastos (2005) e Canavilhas (2014) usam outras, como “ciberjornalismo” e “webjornalismo”, que mantemos nas respetivas citações.

contextualização (que desenvolve a informação apresentada nos níveis anteriores) e a exploração (através do estabelecimento de ligações com o arquivo ou sites externos).

Relativamente à multimedialidade, Salaverría (2014) considera primordiais três acepções para o conceito de multimédia: como multiplataforma, como polivalência e como combinação de linguagens. No primeiro são casos onde os vários meios da mesma empresa jornalística articulam as suas coberturas informativas para conseguir um resultado conjunto. O segundo, está interligado com o facto do “jornalista multimédia” ser hoje encarado como um profissional polivalente, que carrega em si uma multiplicação de disciplinas. O terceiro, refere-se à sua interpretação como combinação de linguagens ou formatos. No entanto, o autor prefere omitir na definição de multimédia qualquer referência expressa a imagens, sons, texto, ou a qualquer outro tipo de elemento, pois considera não fazer sentido proceder a uma enumeração fechada de elementos. Por um lado, por bastar a presença de dois para se estar perante uma mensagem multimédia e, por outro, por estes elementos estarem em constante mutação e certamente virem a ser enriquecidos no futuro.

No que concerne à interactividade, esta é entendida como a capacidade gradual que um meio de comunicação tem para dar maior poder aos utilizadores na seleção de conteúdos e possibilidades de expressão e comunicação (Rost, 2006, citado por Rost, 2014). Apesar da interactividade implicar uma certa transferência de poder do meio para os seus leitores, Rost (2014) defende que, embora os utilizadores tenham maior poder do que antes na construção da actualidade, tal não significa que tenham o mesmo poder que os meios de comunicação, existindo formas de controlo por estes.

A memória corresponde ao arquivo, o que já existia nos média tradicionais, mas ao qual a internet veio proporcionar uma maior riqueza, por disponibilizar diversos formatos, bem como um espaço de armazenamento ilimitado (Ward, 2002, citado por Magalhães, 2014). No seu trabalho, a referida autora cita ainda Kerckhove (1997), que afirma que a internet “é na realidade um cérebro colectivo”.

A instantaneidade é outra característica do jornalismo digital que, segundo Bradshaw (2014), traz consigo novas oportunidades para as emissoras e editoras em contextos completamente novos. Trata-se de uma instantaneidade em publicar, mas também em consumir e, acima de tudo, em distribuir.

Relativamente à instantaneidade na publicação, este autor defende que é a mudança mais visível, pois as notícias são produzidas sem as limitações do espaço físico que antes sustentava a organização das redações. Por conseguinte, a captação de notícias, a produção e distribuição podem ocorrer simultaneamente, assim como a sua potencialização. Bradshaw (2014) refere que há também um novo sentido na distribuição online, que é dominada pelas ferramentas de busca e pelas redes sociais. Contudo, ainda que o jornalismo instantâneo possa trazer tráfego, é importante que essa velocidade seja complementada com a profundidade que as pessoas estão dispostas a pagar, seja por assinaturas ou doações.

Segundo Pavlik (2014), a ubiquidade, que significa ser encontrado em todo o lugar, no contexto do jornalismo implica que qualquer um, em qualquer lugar, tem acesso potencial a uma rede de comunicação interactiva em tempo real. Ou seja, pode haver o acesso a notícias mas também a participação e ao fornecimento da sua contribuição através de conteúdos para partilhar e distribuir globalmente. Sem esquecer que o conteúdo noticioso pode também provir de fontes ubíquas, como câmaras de segurança ou sensores frequentemente ligados à internet.

Por fim, a personalização relaciona-se com as opções existentes para os utilizadores configurarem os produtos jornalísticos segundo os seus próprios interesses (Palácios *et al.*, 2002, citados por Zamith, 2011). Para Lasica (2002, citado por Magalhães, 2014), o facto dos utilizadores escolherem reduz o papel dos editores, mas também rompe com o modelo de comunicação em massa de um-para-muitos, privilegiando as escolhas do indivíduo.

Mas não são só estas características que caracterizam o ambiente em que a cobertura jornalística pode ser feita. Dora Santos Silva (2016) resume na sua tese de doutoramento outras condições que emergiram nos últimos 15 anos, todas potenciadas

pelo aparecimento da Internet e que despoletaram um novo ecossistema – o digital. Em primeiro lugar, a investigadora afirma que a passagem de um modelo baseado num emissor e em vários receptores para um modelo de muitos emissores para muitos receptores acaba por ter repercussões no exercício do jornalismo: hoje, qualquer cidadão pode partilhar nas redes sociais conteúdo de outros ou o seu próprio.

As redes sociais estiveram também no centro de conflitos marcantes dos últimos anos, como a Primavera Árabe, onde se verificou pela primeira vez o potencial do seu uso pelos cidadãos que queriam denunciar o que estava a acontecer nas suas comunidades. Hoje, o crowdsourcing (isto é, no qual a multidão é a fonte do jornalista) está enraizado nas rotinas jornalísticas.

Por outro, as potencialidades fornecidas pelo ambiente digital levaram ao desenvolvimento de novos modelos para contar histórias, como as narrativas multimédia ou as peças baseadas em visualização de dados. Os dispositivos móveis, como os tablets mas principalmente os smartphones, tornaram-se objetos incontornáveis do dia a dia, levando os média a apostar nos conteúdos “mobile”.

Se houve mudanças no jornalismo, o mesmo aconteceu com o papel do jornalista. No estudo de Ureta (2011), os jornalistas envolvidos reconheceram que a presença de conteúdos multimédia nos especiais para a *web* mudou o papel dos jornalistas, o que requer outros conhecimentos e competências, bem como uma mudança de mentalidade para encarar a possibilidade de elaborar conteúdos com áudio, vídeo, “Flash”, “slideshows” e infografias.

No mesmo trabalho, o autor concluiu que há necessidade de equipas multidisciplinares, com repórteres, técnicos e designers online, para um trabalho conjunto. Estas equipas vão incorporando novos perfis e será possível para alguns combinarem a produção de especiais para a *web* com outras tarefas na redacção (Ureta, 2011). O que não significa, de acordo com Gordon (2003) que o jornalista tenha que fazer tudo, pois são sempre necessários especialistas, porém, os jornalistas que melhor entenderem as capacidades dos média múltiplos mais poderão inovar. Na mesma lógica,

mas tentando atingir o cerne do problema, as escolas já não podem formar alunos direccionando-os para um só conjunto de ferramentas de comunicação.

Acima de tudo, como defende Bastos (2005), no ciberjornalismo têm que ser explorados todos os formatos possíveis de serem utilizados numa estória, com vista à convergência.

Interligado com as potencialidades do jornalismo digital encontra-se o jornalismo de contexto ou jornalismo explicativo. As peças de contexto tendem a focar-se na estória como um todo, fornecendo contexto para outras notícias (Fink & Schudson, 2014). Estes autores defendem que, ao contrário das peças convencionais, que têm um foco mais apertado, as peças contextualizadas têm um ângulo muito mais abrangente.

Ainda que já se verificasse um aumento de peças contextualizadas desde 1960, com a diminuição das peças convencionais de exposição de factos (Fink & Schudson, 2014), foi em 2001 que Pavlik (citado por Bastos, 2005) viu emergir uma nova forma de notícias que consubstanciou na expressão de jornalismo contextualizado. Neste paradigma, faz a distinção de cinco dimensões básicas, como o alcance de modalidades comunicacionais, por entender que os jornalistas podem adequar o texto, áudio, vídeo, gráficos, animação e mesmo vídeo a 360 graus, a cada estória específica; o recurso à hipermédia que pode colocar as histórias num contexto histórico, político e cultural muito mais rico; um maior envolvimento do público, visto que a internet é um meio activo; o conteúdo dinâmico que se caracteriza pela permanente actualização de notícias e a personalização das notícias, potencial que dificilmente se iguala noutros média.

Zamith (2011) defende a valorização do potencial contextualizador da internet. Inclusivamente, algumas ideias vão sendo definidas para se alcançar uma maior contextualidade nas peças na internet. Rabaino (2014) propõe, exemplificativamente, que se deixe de pensar no conteúdo apenas como um texto desestruturado com títulos, *leads*, entre outros; que se crie um conteúdo vivo que vai sendo actualizado à medida que o tópico evolui; que se pense mais holisticamente sobre as histórias e que se escreva o conteúdo em formatos não narrativos; que se criem melhores mecanismos para

organizar a informação que compõe as peças; que se integrem dados mais estruturados no que se produz. Em suma, é necessário repensar a maneira de publicar o conteúdo, o que a autora defende que não irá acontecer sem uma mudança cultural, mente aberta e alguma experimentação.

Capítulo 2. Objetivo e metodologia

2.1. Objectivo geral

A crise dos refugiados na Europa marcou a actualidade em 2015, gerou um grande debate mundial e permanece na agenda mediática e política. Tendo por base o jornalismo na modelação de percepções, pretende-se desenvolver um modelo editorial que acautele as melhores práticas de cobertura jornalística para as crises de refugiados e as necessidades dos leitores, consubstanciada numa secção autónoma de um diário digital generalista.

2.2. Abordagem metodológica

Para responder ao objetivo geral supramencionado, desenvolveu-se uma metodologia composta por um questionário, concebido com o objetivo de conhecer as percepções do público relativamente à cobertura feita pelos média portugueses à crise dos refugiados em 2015, e análise de conteúdo a peças publicadas no Público e no Observador

2.2.1. Estrutura do questionário

Para conhecer as percepções do público relativamente à cobertura feita pelos média portugueses à crise dos refugiados em 2015, foi disponibilizado através da plataforma Google Forms o questionário intitulado “A cobertura jornalística em Portugal da crise dos refugiados em 2015” (conforme anexo). Procurou-se assim balizar de início o elemento espacial e temporal: a investigação centrar-se-ia nos média portugueses e na crise despoletada em 2015.

Os inquiridos foram convidados a responder a 17 questões que se dividiam por 5 secções.

Com a primeira secção (“os refugiados, conceito e linguagem”), pretendeu-se apurar o interesse dos inquiridos nas notícias relacionadas com a crise dos refugiados através de 3 perguntas.

Na secção seguinte (“esclarecimento obtido e plataformas utilizadas”), as 3 questões centravam-se no tipo de plataformas utilizadas e através de qual os participantes se consideravam mais esclarecidos.

Na terceira secção, designada por “conteúdos”, o objectivo era perceber quais os conteúdos preferenciais dos inquiridos.

Na quarta secção (“elementos em falta”), com outras 3 questões, procurou-se perceber se os participantes verificaram lacunas na cobertura jornalística.

Por fim, a quinta secção foi composta por 5 questões e respeitou aos dados sócio-demográficos com o objectivo de caracterização da amostra.

O questionário foi criado através de “Formulários google” (<https://www.google.com/forms/about/>) e divulgado através da rede social “Facebook” (<https://www.facebook.com/>) e de solicitações por correio electrónico, entre Março a Abril de 2017.

2.2.2 Análise de conteúdo: descrição da amostra e variáveis de análise

Para analisar a cobertura feita pelos média portugueses à crise dos refugiados de 2015, foram consideradas para análise as peças online de dois diários portugueses com grande visibilidade: o Observador, por se ter assumido desde o início da sua implementação, em 2014, como um jornal online, e o Público, pela sua reputação e por ter sido um dos primeiros jornais, que já existiam na imprensa, a criar a versão online. Acresce que, em ambos os casos, os websites permitiam a localização de peças de forma relativamente simples.

Foi seleccionado o hiato temporal de 02 de Setembro a 08 de Setembro de 2015, por ter sido um período com grande visibilidade, tendo-se localizado as peças no Observador através da pesquisa por data na secção “crise dos refugiados” e, no Público, através da pesquisa por data e pela palavra “refugiado”. De seguida, foram excluídas as peças que, apesar de conterem a referida designação, eram relativas a outras situações. Após este processo, foram seleccionadas 88 peças no Observador e 57 peças no Público, objecto da análise.

Por forma a reduzir a informação utilizou-se a categorização, que no entendimento de Bardin (2008) “é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto de diferenciação e (...) por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos”. A autora explica que as categorias são rubricas que reúnem um conjunto de elementos sob um título genérico, que tem em consideração as suas características comuns.

Impondo-se, portanto, a necessidade de investigar a parte comum dos textos analisados, primeiramente foram isolados os elementos (inventário), para depois serem classificados (Bardin, 2008).

As peças seleccionadas foram agrupadas em 9 categorias, designadamente, fontes, tipo de cobertura, memória, hipertextualidade, multimedialidade, abordagem, definição de refugiado, tom e ponto de vista. Por sua vez, as 9 categorias foram reagrupadas mediante as variáveis seguintes.

Nas fontes, foi considerada a existência e a ausência de especialistas, organizações não governamentais, fontes estatais, agências noticiosas, cidadãos, arquivo, outros média e outras fontes.

No tipo de cobertura, procurou-se saber se a cobertura tinha sido especializada ou não, tendo por critérios a especialidade no tema que se insere no jornalismo de direitos humanos.

Relativamente à memória, teve-se em conta a existência ou ausência de uma *tag* própria, bem como a secção em que a peça estava inserida.

Na hipertextualidade, foram considerados os *links* (ligações) internos ou externos. Por sua vez, pretendeu-se verificar se os *links* permitiam a obtenção de mais informação; de contextualização (através de elementos multimédia permeáveis a enquadrar a informação); de explicação (peças focadas na explicação do fenómeno, das suas causas, consequências e aspectos relacionados).

Relativamente à multimedialidade, as variáveis dividiam-se em imagem, galeria de imagem, infografia, vídeo, publicações no *Facebook* ou no *Twitter*, áudio e outro.

Na abordagem da peça, teve-se em conta as seguintes variáveis: humanização (*estórias* dos refugiados, com testemunhos, perfis); cobertura jornalística só do acontecimento ou se também com explicação; apresentação do tema como de direitos humanos; integração/acolhimento.

Na definição de refugiado, procurou-se saber se a definição constava das peças analisadas, vista a importância dos conceitos para a compreensão.

Relativamente ao tom da peça, que se dividia em positivo e negativo, o critério encontrado foi o de perceber se a peça revelava preocupação por um discurso positivo, que para além de informar procurasse mostrar as soluções e não os obstáculos, que revelasse cuidado na linguagem utilizada por forma a evitar enviesamentos.

Por fim, relativamente à categoria ponto de vista, as variáveis eram a visão ocidental e a visão intercultural, dependendo se o ângulo da peça se centrava nas preocupações ocidentais ou se apostava numa visão multicultural.

Capítulo 3. Apresentação e discussão de resultados

3.1. Apresentação dos resultados do inquérito

Uma vez divulgado o questionário, aceitaram-se respostas durante 1 mês e meio, tendo-se obtido 310 participações. Do total, 60,6% eram indivíduos do sexo feminino, enquanto que 39,4% eram do sexo masculino. Relativamente à idade, verificou-se uma prevalência da faixa etária dos 31 aos 45 anos, com 57,1%, seguida pela faixa etária imediatamente anterior, compreendida entre os 18 a 30 anos, com 23,2%.

No que concerne à escolaridade dos inquiridos, apurou-se que 70,6% têm ensino superior, porquanto têm licenciatura (51,6%), mestrado (17,7%) e doutoramento (1,3%). Existem ainda 27,4% dos inquiridos com ensino secundário.

Do total de participantes, 85,8% são profissionais activos, enquanto que 6,5% são estudantes. O distrito de residência maioritário foi o de Lisboa.

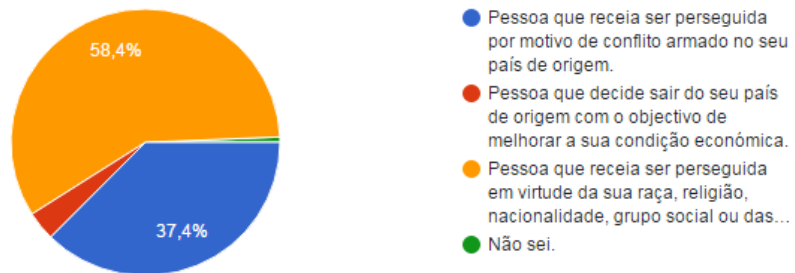
Noção de refugiado

Em relação à primeira questão – *“de acordo com o que tem acompanhado nos média em relação ao tema ‘refugiados’, o que é para si um refugiado?”* – o objectivo da questão era perceber se os inquiridos conseguiam identificar o conceito de refugiado, escolhendo a alínea correta.

De acordo com os resultados obtidos, 58,4% dos participantes sabem a definição (que consta da Convenção de Genebra de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados), ou seja, “pessoa que receia ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, grupo social ou das suas opiniões políticas e que não pode pedir protecção ao seu país de origem”. No entanto, 40,9% não escolheram a definição correta.

Figura 1. – Noção de refugiado

310 respostas

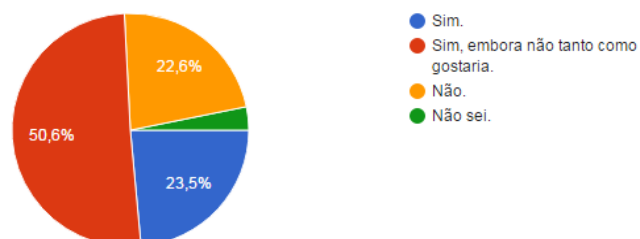


Percepções do público face à cobertura dos média

Considerou-se pertinente interligar estes resultados com os obtidos noutras variáveis, designadamente com a questão “*considera-se esclarecido (a) com a cobertura feita pelos média portugueses à crise dos refugiados?*”, na qual 50,6% dos inquiridos responderam que “sim, embora não tanto como gostaria” e 22,6% consideraram mesmo que não se sentiam esclarecidos. Estes resultados apontaram para uma necessidade de maior esclarecimento da noção de refugiado e das suas implicações culturais, sociais e políticas. É de salientar que os participantes que responderam não saber (3,2%) foram convidados a responder porquê, tendo sido obtidas 10 respostas válidas e 1 não aplicável, sendo que a resposta maioritária estava relacionada com a falta de confiança nos média e nos jornalistas, como por exemplo “não sei se é toda a verdade”.

Figura 2. – Esclarecimento com a cobertura da crise dos refugiados

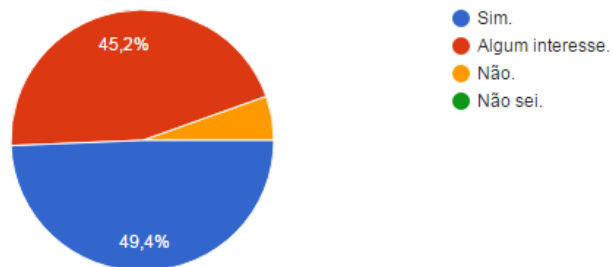
310 respostas



Relativamente ao interesse dos participantes nas notícias relacionadas com a crise dos refugiados, 49,4% responderam afirmativamente, enquanto que 45,2% responderam ter algum interesse.

Figura 3. – Interesse na cobertura da crise dos refugiados

310 respostas

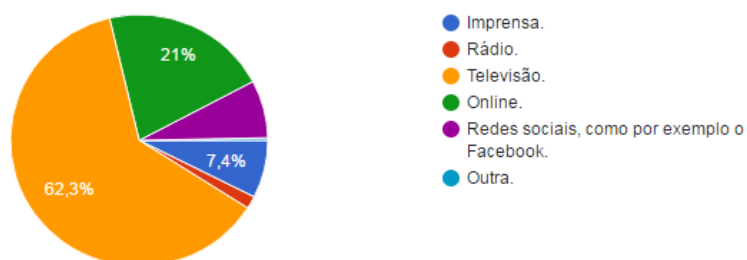


Na questão “*compreende a linguagem utilizada pelos média nas notícias sobre a crise dos refugiados*”, 61,9% responderam que sim, embora 37,1% tenham respondido que nem sempre compreendem.

Chegados à questão dedicada às plataformas utilizadas para a obtenção de informação, a televisão foi a mais utilizada, com 62,3% de respostas; contudo, o meio *online* posicionou-se logo de seguida, com 21%.

Figura 4. – Plataformas utilizadas

310 respostas

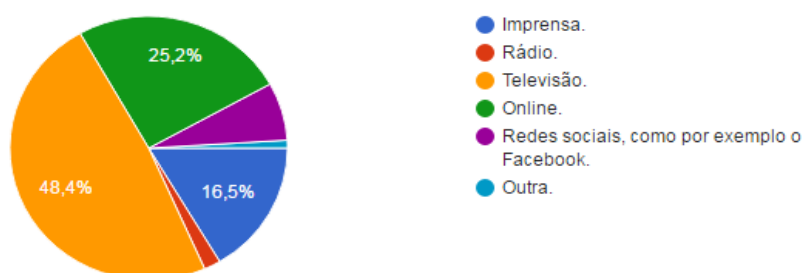


O facto de a televisão ter sido indicada pela maioria pode justificar-se por ser comum estar ligada nas casas e estabelecimentos, com a informação constantemente a surgir, enquanto que tanto o *online* como a imprensa (ou outro meio) têm que ser procurados para a obtenção de informação.

Contudo, na pergunta seguinte “*e através de qual considerou-se mais esclarecido(a)?*” a televisão decresceu (48,4%) enquanto que o valor percentual do meio *online* foi superior ao anterior (25,2%). Os dados apontam para que o *online* se comece a assumir como uma das plataformas preferenciais, a segunda logo a seguir à televisão, e ultrapassando percentualmente a imprensa (na plataforma mais utilizada e no grau de esclarecimento).

Figura 5. – Plataformas utilizadas que mais esclareceram

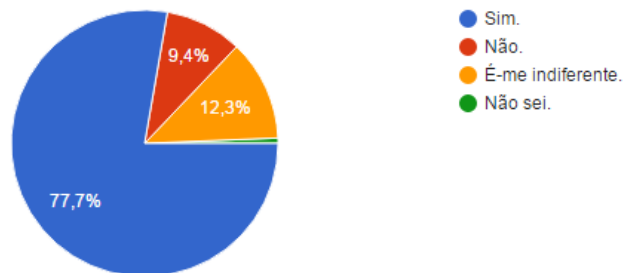
310 respostas



No que respeita aos conteúdos, na questão “*considera-se mais bem informado sobre a crise dos refugiados quando os conceitos (por exemplo, o que é um refugiado, a diferença entre refugiado e migrante económico, etc.) são explicados e enquadrados no tema?*”, 77,7% dos inquiridos responderam afirmativamente, evidenciando que consideram as notícias explicativas importantes para o seu esclarecimento.

Figura 6. – Prefere explicação nos conteúdos jornalísticos?

310 respostas

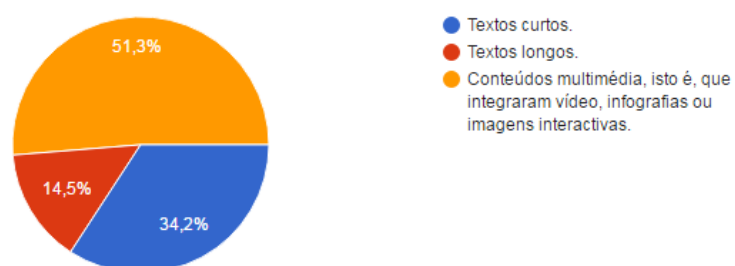


Percepções do público em relação à leitura de duas peças

Os participantes foram também convidados a dizer quais os conteúdos jornalísticos a que prestaram mais atenção, tendo sido nos conteúdos multimédia (isto é, que integram vídeo, infografias e imagens interactivas) que se verificaram a maioria das respostas (51,3%).

Figura 7. – Conteúdos jornalísticos preferenciais

310 respostas



Seguidamente, foram-lhes apresentadas duas peças jornalísticas, uma do Diário de Notícias com o título “Mais de um milhão de migrantes e refugiados chegaram à UE em 2015”, com uma narrativa tendencialmente linear; e outra do Observador com o

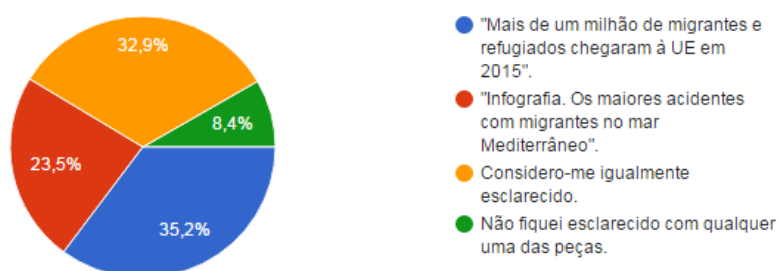
título “Infografia. Os maiores acidentes com migrantes no mar Mediterrâneo”, com texto, infografia interactiva e outros elementos multimédia.

Apesar das diferenças de narrativa entre as duas peças, os dados traduzem uma diferença pouco notória entre os inquiridos que se consideraram mais esclarecidos com a peça do Diário de Notícias (35,2%) e os que indicaram a peça do Observador (23,5%), bem como perante o percentual dos que se consideraram igualmente esclarecidos (32,9%).

Os dados levam-nos a questionar se os inquiridos souberam ler os gráficos interactivos, um dos elementos da peça “Infografia (...)”. Afinal, a maioria afirmou ter prestado mais atenção a conteúdos multimédia (cuja descrição incluía especificamente infografias ou imagens interactivas), como foi demonstrado acima.

Figura 8. – Com qual das peças obteve mais esclarecimento?

310 respostas

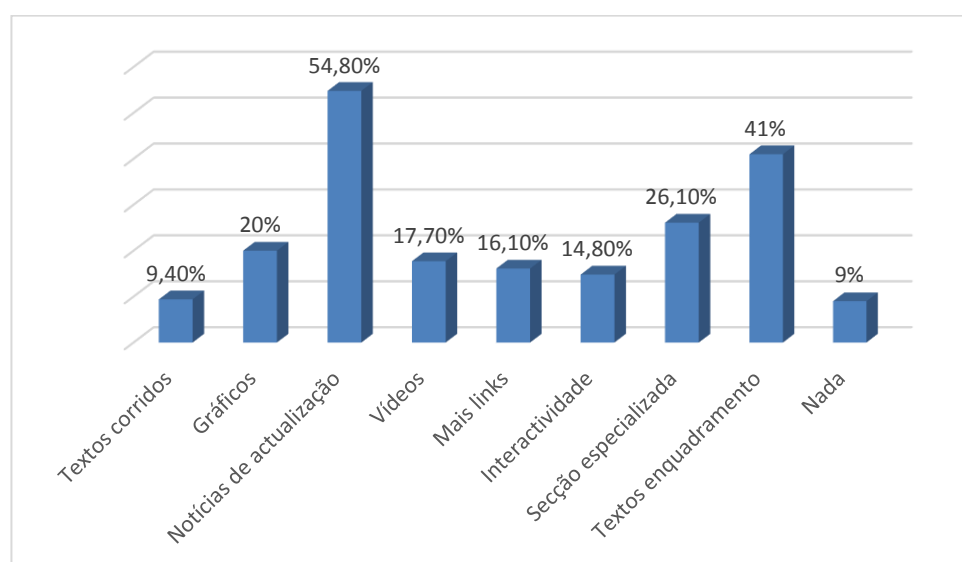


Percepções do público face a lacunas na cobertura jornalística

Uma das preocupações do presente estudo consistia em perceber eventuais lacunas da cobertura jornalística, pelo que os participantes foram questionados sobre o que consideraram ter feito mais falta para um maior esclarecimento sobre o tema em

análise. Foram apresentadas várias opções, designadamente textos corridos, gráficos, notícias de continuidade ou de actualização, vídeos, mais *links* para outras páginas nas peças *online*, interactividade entre leitor e jornalista, cobertura numa secção especializada, textos de enquadramento e nada. Tendo sido convidados a escolher 3 opções, 54,8% escolheram notícias de continuidade ou de actualização, 41% optaram por notícias de enquadramento e 26,1% consideraram ter feito falta a cobertura numa secção especializada. Os participantes, que já haviam considerado a importância da explicação dos conceitos e enquadramento do tema, responderam também aqui com um percentual expressivo no que diz respeito à importância das notícias de enquadramento: 41% consideram ter feito falta.

Figura 9. – Três opções para um maior esclarecimento



Com o intuito de aprofundar a análise no ponto dos elementos em falta, foi submetida a questão “na sua opinião, o que faltou até agora na cobertura dos média relativamente à temática dos refugiados?”, à qual os inquiridos responderam de forma livre. Por forma a agrupar as 310 respostas obtidas, foram criadas seis categorias, as quais foram designadas por: *actualização*, *contexto*, *humanização*, *rigor*, *nada* e *não aplicável*.

Na categoria *actualização* foram consideradas as respostas que compreendiam uma necessidade por conteúdos mais actualizados, como notícias de continuidade, exemplificativamente “continuidade, porque de um momento para o outro deixou-se de falar disto mas o problema continua”, “continuidade e acompanhamento das notícias” e “faltou o seguimento de algumas notícias que se provaram ser falsas”.

Em *contexto* foram considerados dois grandes grupos, o das peças explicativas e de enquadramento da situação e o dos conteúdos especializados, tendo-se obtido respostas como “artigos explicativos”, “contextualização histórica e geopolítica” e “debates sobre o tema com intervenção de historiadores, sociólogos, refugiados, políticos, para discussão dos problemas e apresentação de soluções”, entre outras.

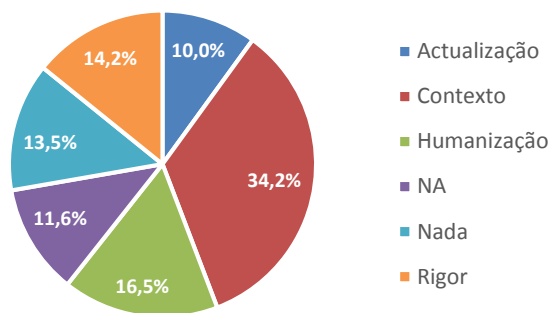
Na categoria *rigor* agruparam-se as respostas cuja principal preocupação era o rigor da informação jornalística e sem enviesamentos, como por exemplo “maior rigor”, “isenção” e “falar a verdade toda, ou seja, sem medo de violar o politicamente correcto”.

Em *humanização* foram incluídas as respostas que denotaram ter faltado mais humanismo na cobertura jornalística e foco na integração dos refugiados e soluções para a crise, nomeadamente “a vertente humana, as notícias focam-se sobretudo nos números e nas tragédias e esquecem que os números são pessoas”, “dar a palavra aos refugiados” e “transmitir a humanidade dos refugiados, evitar a outrificação e a reprodução de preconceitos acerca dos refugiados”.

Na categoria *nada* foram incluídas as respostas que consideraram que nada faltou e em *não aplicável (NA)* foram consideradas respostas sem opinião e impossíveis de decifrar.

Assim, 34,2% dos inquiridos consideraram que faltou contextualização na cobertura jornalística, sendo que 16,5% acham que faltou humanização e 14,2% indicaram a falta de rigor.

Figura 10. – Na sua opinião, o que fez mais falta?



Por fim, foi questionado aos participantes se consideravam que a crise dos refugiados tinha sido tratada pelos média portugueses como um tema de direitos humanos, ao que 50% responderam que sim, embora 39,7% tenham respondido que não e 10,3% tenham afirmado não saber responder.

3.1.2 Discussão dos resultados do inquérito

Os dados apontam para um substancial interesse dos inquiridos nas notícias relacionadas com a crise dos refugiados. Mais de metade mostrou saber o conceito de refugiado, embora os restantes tenham demonstrado desconhecer, o que pode ter consequências ao nível da própria aceitação do refugiado.

A partir dos dados concluiu-se que a maioria dos participantes se considerou mais esclarecido quando os conceitos subjacentes ao tema são explicados. E que consideraram que os textos de enquadramento ou explicativos foram dos que mais falta fizeram para um maior esclarecimento. Logo, se os inquiridos também consideraram que poderiam ficar mais esclarecidos (a maioria considerou-se esclarecida com a cobertura feita “embora não tanto como gostaria”), concluiu-se que estes elementos (explicativos) poderiam servir esse propósito de maior esclarecimento.

Para além de notícias contextualizadas (com enquadramento da crise e conteúdos especializados na matéria), os inquiridos pretenderam peças mais humanizadas (com mais testemunhos de refugiados e procura por soluções) e rejeitaram notícias sensacionalistas e com falta de rigor.

Na sequência da análise realizada, pareceu existir uma prevalência de interesse pelos conteúdos multimédia pois não só a maioria dos inquiridos prestou mais atenção a esse tipo de conteúdos jornalísticos, como o meio *online* foi a segunda plataforma pela qual estes obtiveram mais informação sobre a crise dos refugiados, bem como a segunda através da qual se consideraram mais esclarecidos. É de salientar que é através do *online*, pelas suas características próprias, que a informação vai sendo constantemente actualizada, tendo os participantes considerado que as notícias de continuidade foram das que mais falta fizeram para um maior esclarecimento.

Pode concluir-se também que os inquiridos apreciam conteúdos multimédia. Contudo, parece que não souberam ler a peça “Infografia. Os maiores acidentes com migrantes no mar Mediterrâneo” quando a mesma lhes foi apresentada como opção face à peça “Mais de um milhão de migrantes e refugiados chegaram à UE em 2015”. Parece ter alguma relevância o facto de a primeira ser mais longa do que a segunda, uma vez que os inquiridos responderam prestar mais atenção a textos curtos do que textos longos. Os dados levam-nos a questionar se os inquiridos souberam ler os gráficos interactivos, um dos elementos da peça “Infografia (...)”, tendo em conta que os gráficos foram o quarto elemento que os inquiridos consideraram fazer mais falta. Haverá, porventura, necessidade de alguma componente pedagógica, explicando aos leitores as melhores formas de experienciar uma peça interactiva.

Adicionalmente, se compararmos com outros resultados obtidos, parece-nos inconsistente que a peça com maior percentual de respostas tenha sido “Mais de um milhão de migrantes (...)”, que tem uma narrativa mais linear, quando os textos corridos foram a segunda opção menos considerada pelos participantes relativamente ao que fez mais falta. Acresce que os textos de enquadramento e a cobertura numa secção especializada foram duas das três opções que obtiveram mais assentimento dos inquiridos e esses são elementos que se encontram essencialmente em “Infografia (...)”.

Inclusivamente, esta peça está integrada numa secção do Observador designada “crise dos refugiados”, enquanto que a peça do Diário de Notícias está integrada na secção genérica “mundo”, sendo de salientar a preferência assumida pelos inquiridos no tratamento das peças dos refugiados numa secção autónoma e especializada.

3.2. Apresentação dos resultados da análise de conteúdo

Em relação à análise de conteúdo das peças publicadas no Observador e no Público entre 2 e 8 de setembro de 2015, chegámos a um universo de 88 peças no primeiro diário e a 57 no segundo.

Género jornalístico

Os géneros representados foram a crónica, a notícia e a reportagem, no Observador, e a crónica, editorial, entrevista e notícia, no Público. Em ambos os periódicos, o género mais representado foi a notícia, tendo-se apurado 89,77 % no Observador e 84,21% no Público, como infra se demonstra.

Destes resultados pode-se concluir pela quase totalidade de notícias, em detrimento dos outros géneros jornalísticos (como reportagens e entrevistas), o que aponta para uma prevalência do acontecimento.

Figura 11. - Género jornalístico no Observador

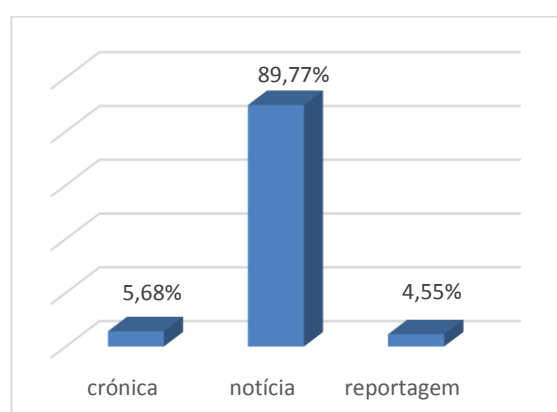
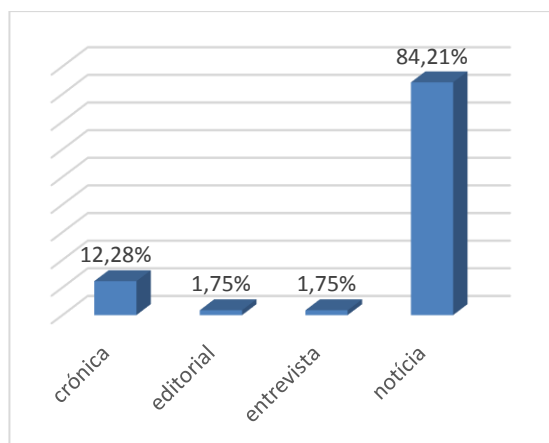


Figura 12. - Género jornalístico no Público



Fontes

As fontes mais utilizadas por ambos os periódicos na cobertura à crise dos refugiados foram as agências noticiosas, com larga expressão no Observador (68,18%) e no Público (61,40%).

Desde já se conclui que esta prevalência expressiva de utilização de agências noticiosas significará um detrimento de cobertura própria, pois que os média poderão ter utilizado as agências para compensar essa lacuna. No caso do Público, as agências mais utilizadas são a REUTERS, a LUSA e a AFP (Agence France-Press). O Observador utiliza predominantemente a LUSA.

No entanto, para além destes casos em que parece haver um apoio nas agências para compensar a sua própria cobertura, analisaram-se também peças exclusivamente da LUSA, com mera replicação do seu conteúdo (situação mais notória no Observador, face ao universo total, com um resultado de 23,86%, face a 8,77% no Público). Como mencionaram Gemi *et al.* (2013), se for uma notícia secundária ou uma breve

atualização de notícias, muitas vezes as notícias fornecidas por uma agência de notícias permanecem intactas.

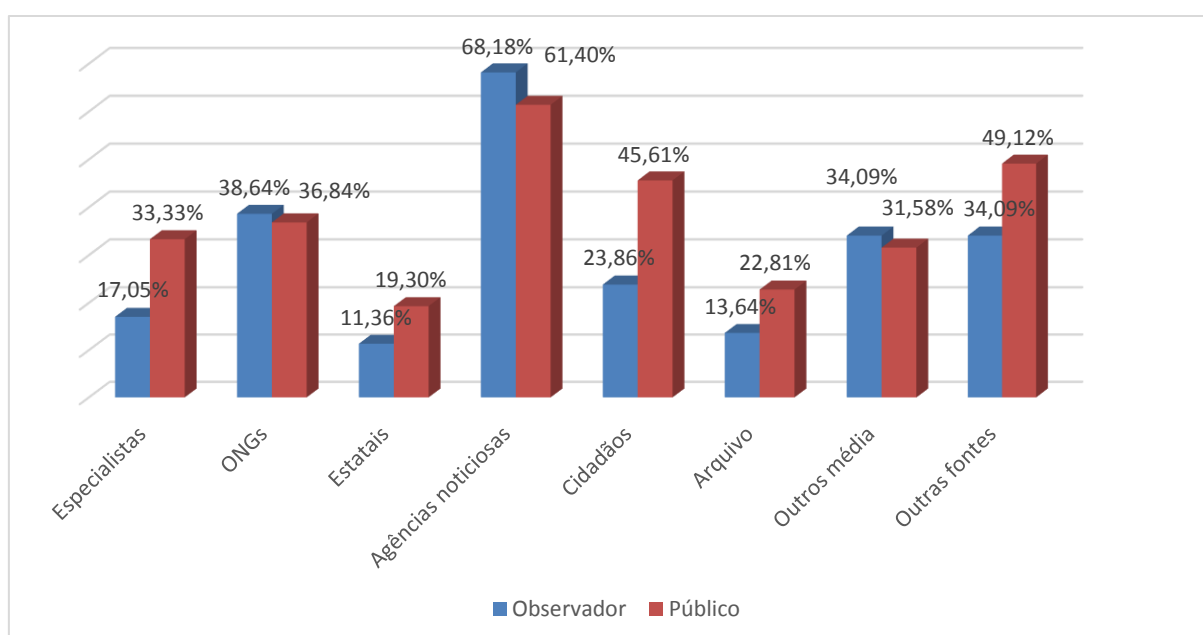
Relativamente ao Observador, há a salientar as ONG's (Organizações não governamentais), como a ONU, ACNUR, entre outras, com 38,64%, bem como a utilização de outros média (34,09%) e de outras fontes (34,09%) como instituições europeias, governos europeus e a agência FRONTEX.

No que concerne ao Público, as fontes com maior expressão após as agências foram as outras fontes (49,12%), onde se incluem as acima referidas e outras como instituições religiosas, clubes desportivos e partidos nacionais, e os cidadãos (45,61%), que foram mais ouvidos no Público do que no Observador.

As ONG's, que obtiveram expressividade no Observador (supra), foram fontes encontradas em 36,84% das peças no Público.

Observando o gráfico abaixo, é notório que ambos os periódicos poderiam ter ido mais longe na utilização de especialistas como fontes, de grande importância para a explicação da temática em causa, tendo-se obtido 17,05% no Observador e 33,33% no Público.

Figura 13. - Fontes



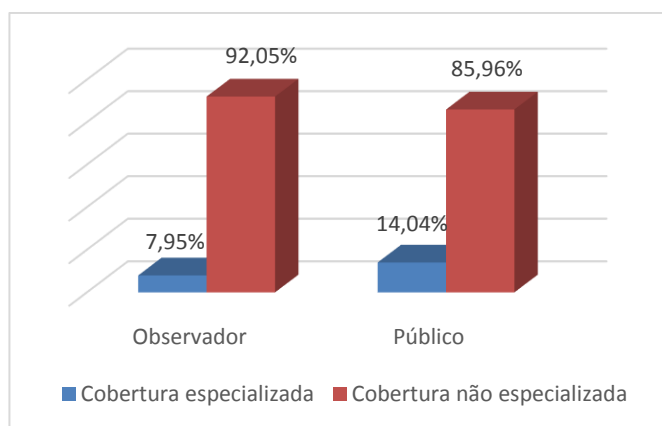
Tipo de cobertura

A cobertura não especializada foi a mais expressiva, tanto no Observador (92,05%) como no Público (85,96%). De facto, a cobertura especializada com percentual mais elevado foi a do Público, no entanto, com pouca diferença em comparação com o Observador.

Pode-se tentar explicar esta clivagem pela pouca utilização de especialistas como fontes, como visto antes, mas não somente. A crise dos refugiados é um tema que se integra no jornalismo de direitos humanos e que, pela sua especialidade, deve ter uma cobertura adequada à situação. Pretendeu-se perceber se os média analisados cobriam a crise explicando-a, bem como os conceitos subjacentes, que têm especificidades jurídicas próprias que não são de senso comum; efectuando o devido enquadramento (histórico, político) e contextualizando-o no ambiente online em que as peças estavam inseridas.

O resultado, que se apresenta, demonstra que os média analisados ficaram distantes de uma cobertura especializada nas peças em consideração.

Figura 14. - Tipo de cobertura



Memória

Os resultados refletem que o Observador tem uma *tag* própria, ou seja, uma secção designada “Crise dos Refugiados”, com 98,86% das peças analisadas nesta

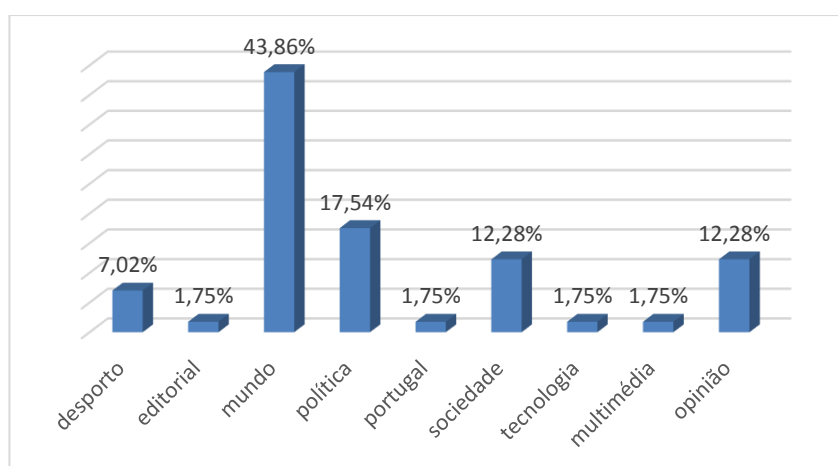
incluídas. Denota-se, pois, a preocupação deste periódico no tratamento do tema numa secção autonomizada das demais, como se pode verificar.

Figura 15. - Secções no Observador



O Público, por seu turno, não tem uma *tag* própria, dispersando as suas peças sobre a crise dos refugiados por outras secções existentes no periódico. Como abaixo se expõe, resulta que quase metade das peças (43,86%) está na secção *Mundo*, seguindo-se a secção *Política* (17,54%).

Figura 16. - Secções no Público

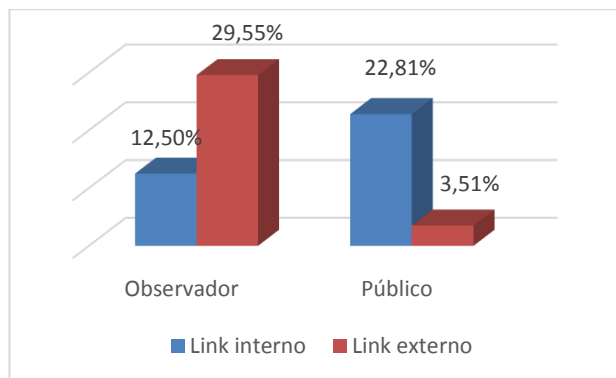


Hipertextualidade

Procurou-se perceber se os média recorriam a *links* (ligações), fossem estes internos, para o arquivo do próprio periódico, ou externos, para outros média ou quaisquer organismos externos. Os dados apontam para a utilização de *links*, totalizando 42,05% no Observador e 26,32% no Público.

Verificando-se uma diferença entre os dois (situação que será densificada adiante), esta acentua-se mais quando se observa que o Observador recorreu mais a *links* externos (29,55%) do que internos (12,50%), enquanto que no Público ocorreu a situação inversa, com menos *links* externos (apenas 3,51%) e mais internos (22,81%). O que nos pode levar a concluir que, em matéria de ligações para outras páginas, o Público tem uma postura mais proteccionista, optando por direccionar os leitores para o seu próprio arquivo, enquanto que o Observador opta maioritariamente por efectuar ligações externas.

Figura 17. - Hipertexto

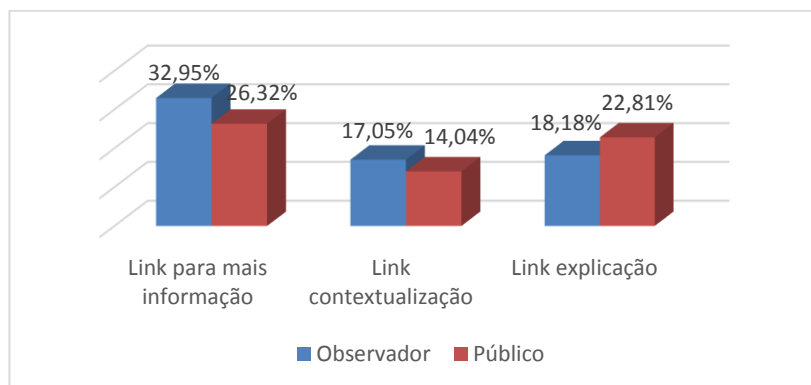


Ainda na hipertextualidade, pretendeu-se saber se as ligações efectuadas facultavam ao leitor mais informação, contextualização ou explicação, tendo resultado que as ligações para mais informação foram as que obtiveram maior percentual, estando o Observador e o Público equiparados, com 32,95% e 26,32% respectivamente.

Aliás, comparando os dois periódicos nestas três variáveis, as diferenças encontradas são pouco expressivas. Ambos deram primazia a ligações para mais

informação, seguindo-se as ligações para mais explicação e só depois para mais contextualização, como seguidamente se apresenta.

Figura 18. - Tipos de *links*

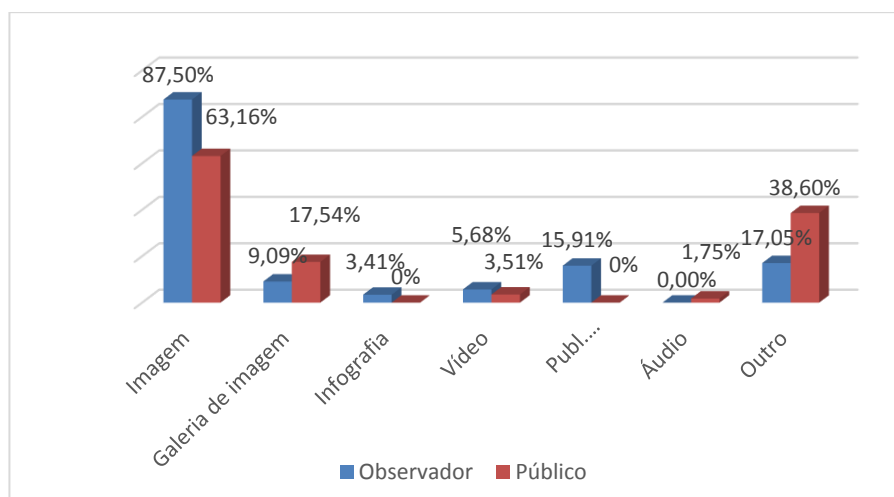


Poderá concluir-se que ambos os periódicos poderiam ter dado mais atenção a ligações de contextualização, até porque ambos estão no meio online que facilmente permite cruzar vários elementos permeáveis a fornecer mais contexto às peças.

Multimedialidade

Da análise dos vários elementos multimédia escolhidos como variáveis para a presente categoria, obtiveram-se os seguintes resultados.

Figura 19. - Elementos multimédia



Constatou-se que a imagem foi o elemento mais utilizado, por 87,50% no Observador e 63,16% no Público.

Já no que respeita às galerias de imagem, o primeiro ficou-se por 9,09% de utilização, face ao segundo, com 17,54%. Pode-se concluir que, embora os dois periódicos tenham optado, na maioria, por colocar apenas uma imagem na peça, o Público utilizou mais vezes galerias, que permite um maior impacto na percepção do leitor, em termos imagéticos. As galerias continham usualmente pequenas descrições e, visto o hiato temporal em causa, representavam na grande maioria os trajectos feitos pelos refugiados, muitas vezes a pé, pelos países europeus.

Relativamente aos outros elementos com maior expressão, no Observador o “outro” obteve 17,05% (onde se encontraram cronologias e gráficos), seguindo-se as publicações em redes sociais como o Facebook ou o Twitter, com 15,91%. Este média optou por estas publicações, ao contrário do Público – que não utilizou nas peças em análise -, dando assim algum ênfase às publicações que cidadãos e governantes europeus fizeram nas redes sociais, particulares ou institucionais.

Há ainda a salientar, no Público, a percentagem obtida em outros elementos (38,60%). Neste média, a variável *outros* contemplou caixas com a designação “ler mais”, que constavam na lateral da peça e permitiam o acesso a outras notícias (do arquivo), bem como caixas, também na lateral, que encaminhavam para outras notícias. Não sendo *links* que constam no corpo do texto (como os analisados na hipertextualidade e que totalizavam 26,32%) também estes devem ser tidos em consideração. Nesta sequência, pode-se concluir que o Público tentou compensar, desta forma, a menor utilização de *links* no corpo do texto.

Face a esta categoria, faltou, como se pode verificar, uma maior utilização de infografias, vídeos e áudio que, no Observador, totalizaram 9,09% e, no Público, 5,26%. Resultados muito reduzidos de elementos que poderiam ajudar à compreensão da

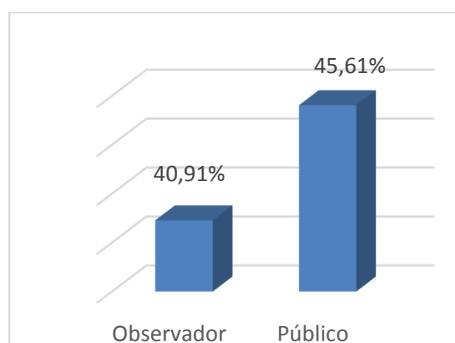
dimensão da crise e a uma ligação mais imediata com o leitor, através da visualização e da audição das “vozes” da crise, ou seja, os refugiados.

Abordagem da peça

Humanização

Nesta categoria, a primeira variável consistia em saber se as peças tinham tido um tratamento humano. Os resultados apontam para 40,91% no Observador e 45,61% no Público. Se pode concluir-se que os dados são equiparados, face ao universo, também se pode concluir que a maioria das peças não teve em conta a humanização, como abaixo se apresenta.

Figura 20. - Humanização



Ora, as peças analisadas têm por base uma crise humanitária. Como antes foi mencionado, referenciada até como a maior crise de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial (Miltner, 2015).

Nos dois periódicos, apenas menos de metade dos resultados teve especial atenção com relatos dos refugiados, mediante entrevistas aos próprios ou outros métodos, ao seu ponto de vista sobre o que os tinha conduzido àquela situação e que obstáculos enfrentavam. Bem como a *estórias* das suas situações particulares ou de

grupo, ainda que nem sempre na primeira pessoa e por vezes auxiliados por relatos de ONG's ou de outros cidadãos.

Estes dados traduzem que, apesar de ter havido algum esforço na humanização das peças, este não foi suficiente para se obter, sequer, metade dos resultados, o que seria relevante para uma melhor cobertura desta temática.

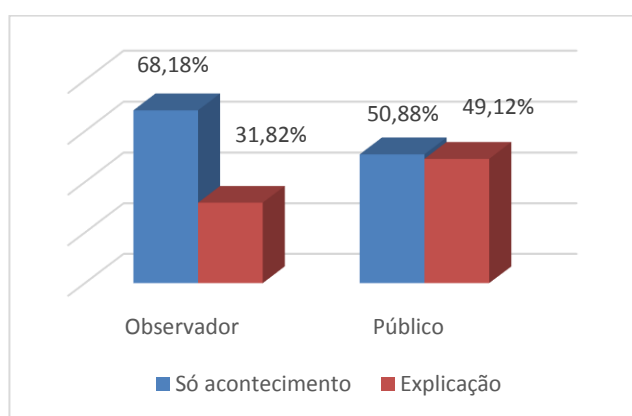
Acontecimento/explicação

Nesta variável, pretendeu-se perceber se a cobertura jornalística se centrava no acontecimento ou se ia mais além, explicando e enquadrando, conceitos que já se têm vindo a explorar.

Como se pode verificar no gráfico abaixo, a maioria das peças analisadas centra-se no acontecimento, no Observador (68,18%) e no Público (50,88%).

Denota-se, contudo, um esforço pela explicação, especialmente no Público que tem mais peças explicativas (49,12%) do que o Observador (31,82%).

Figura 21. - Acontecimento *versus* explicação



Considera-se que a explicação dos acontecimentos é fundamental na cobertura da crise dos refugiados, pois sem explicação os leitores ficar-se-ão pelo acontecimento, no que à peça diz respeito, sem a interligação com as variáveis que tornaram este

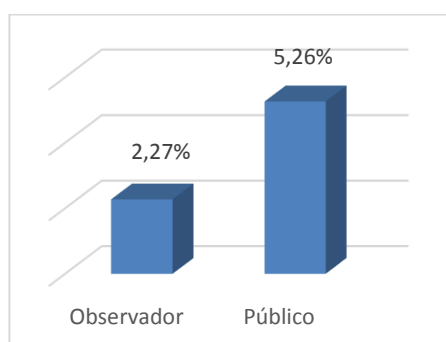
fenómeno tão complexo e sem a densificação da situação que lhes permita ter uma visão global.

Tema de Direitos Humanos

A crise dos refugiados insere-se num tema de direitos humanos visto que as pessoas procuram refúgio fora das suas fronteiras de origem, por serem ameaçadas e perseguidas no seu próprio país, que não consegue assegurar a sua protecção. Considerou-se pertinente perceber se, na cobertura jornalística efectuada, o tema dos refugiados foi tratado e apresentado como um tema de direitos humanos.

Os resultados obtidos apontam para uma resposta negativa a esta questão, uma vez que, no Observador, obteve-se 2,27% de peças com tais características e, no Público, 5,26%.

Figura 22. - Tema de Direitos Humanos

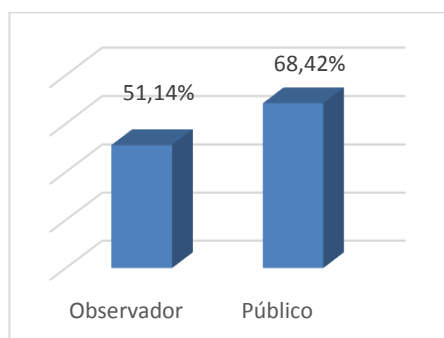


Resultados inequivocamente diminutos quando comparados com o universo de peças analisadas, dos quais se pode concluir que não houve a preocupação de apresentar o tema como de direitos humanos específico, ainda que por vezes se utilizassem expressões como “humano”, “humanidade” ou “humanismo”, o que não é comparável.

Integração/Acolhimento

Nesta variável procurou-se saber se a abordagem tinha compreendido a integração/acolhimento dos refugiados. Em resultado, a maioria das peças acolheu esta preocupação, com maior expressividade no Público, conforme se apresenta.

Figura 23. - Integração/Acolhimento



De facto, o acolhimento dos refugiados foi dos tópicos mais debatidos sobre a crise em causa, tendo sido amplamente discutidas as formas de distribuição dos milhares de refugiados pelos países e, especificamente, o sistema de quotas pensado pela União Europeia.

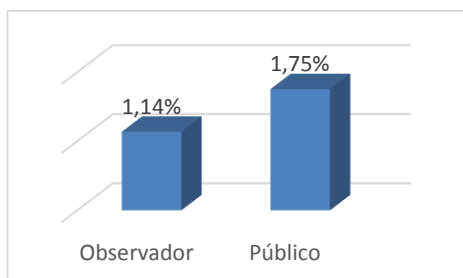
Muitas peças abordaram também a integração dos refugiados no seio dos países de acolhimento, por exemplo, como se iria processar, que medidas poderiam ser tomadas pelos países receptores, entre outros.

Definição de refugiado

Relativamente à definição de refugiado – ou seja, à menção de que refugiado é uma “pessoa que receia ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, grupo social ou das suas opiniões políticas e que não pode pedir protecção ao seu país de origem”, tal como resulta da Convenção de Genebra de 1951 – conclui-se que apenas pontualmente houve inclusão do conceito.

Pois resulta que, no Observador, obteve-se 1,14% e, no Público 1,75%, o que significa 1 em 88 peças analisadas, bem como 1 em 57 peças, respectivamente.

Figura 24. - Definição de refugiado



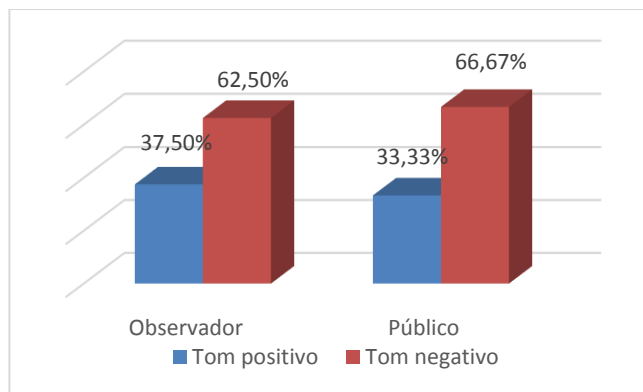
Considera-se que este conceito é o ponto de partida para a compreensão do que é um refugiado e, conseqüentemente, para a compreensão da crise. A definição é um elemento essencial que, sendo transmitido, clarifica a situação e evita confusões com designações. Não foram poucas as vezes que expressões como “migrante”, “migrante económico” e “imigrante” foram convivendo com a palavra “refugiado” pelo que, atendendo às suas diferenças de estatuto e protecção (como já se teve oportunidade de focar), o esclarecimento do conceito de refugiado fez falta na cobertura analisada.

Tom

Na categoria dedicada ao tom das peças, tentou-se perceber se a cobertura jornalística passava por um tom positivo, com primazia pela busca de soluções, ou se por um tom negativo, que acentuava os obstáculos.

Como resultado, a maioria das peças centrou-se no tom negativo, o que se encontra no Observador (62,50%) e no Público (66,67%).

Figura 25. - Tom

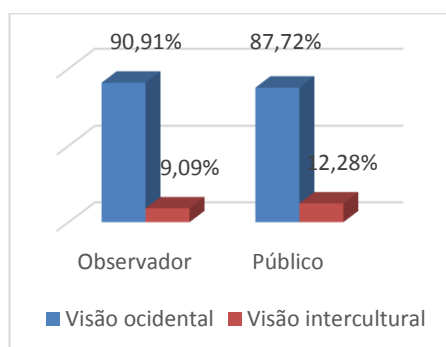


Ainda que em algumas peças se tivesse revelado um esforço pelo tom positivo, este não foi suficiente para, face ao universo existente, ultrapassar os 37,50 % no Observador e os 33,33% no Público. Conclui-se que poderia haver um esforço maior dos periódicos atendendo à matéria em causa. Martin (2004), no seu estudo sobre discurso positivo, com vista ao incremento da solidariedade e da mudança, defende que a falta de um discurso positivo deturpa o entendimento de como a mudança pode surgir para melhor, dando como exemplo a forma como os migrantes renovam o seu novo meio.

Ponto de Vista

Na última categoria, em que estava em causa o ponto de vista, verificou-se uma primazia da visão ocidental, no Observador (90,91%) e no Público (87,72%), como abaixo se expõe.

Figura 26. - Ponto de vista



Estes resultados podem explicar-se pelo facto de, na maioria das peças, ter sido dada primazia às intervenções dos dirigentes ocidentais, especialmente os europeus, que espelhavam a preocupações da sociedade ocidental - a europeia - perante a crise de refugiados com que estavam a lidar.

No entanto, e tendo em consideração que a crise dos refugiados na Europa teve como protagonistas não europeus, pessoas vindas maioritariamente do Médio Oriente e de África, poderia ter sido considerada uma visão intercultural, que não neutralizasse a ocidental, antes a complementasse.

3.2.1. Discussão dos resultados da análise de conteúdo

Após a apresentação dos resultados da análise de notícias efectuada nos periódicos Observador e Público, pode-se primeiramente concluir que faltou na cobertura mais especialistas (em particular no Observador). Embora os média analisados tenham utilizado bastante as agências noticiosas e as ONG's, num tema especializado deve recorrer-se também – e mais do que se verificou – a especialistas (de fluxos de refugiados, de direitos humanos no geral, de relações internacionais, entre outros).

No recurso aos cidadãos, encontrou-se uma divergência maior entre os dois média analisados. O Público usou mais os testemunhos na primeira pessoa de refugiados e de outros cidadãos em comparação com o Observador. Considera-se que os relatos de cidadãos são fundamentais na cobertura da crise dos refugiados.

A falta de mais especialistas pode ter potenciado o baixo percentual de peças com cobertura especializada, nos dois média analisados, pois não sendo critério único, reveste bastante importância. Entende-se que a cobertura especializada é fundamental num tema desta natureza – complexo, com interligação de elementos de direitos humanos, direito e política internacional.

No que diz respeito à memória, o Observador criou, logo após o despontar do fenómeno, uma secção autónoma para o tema com uma *tag* própria “crise dos refugiados”, provavelmente por ter tido em consideração a especificidade do assunto e a sua potencial visibilidade ao longo do tempo, servindo também como facilitador de pesquisa. Acresce mencionar que, no questionário anteriormente analisado, os inquiridos demonstraram o seu interesse pela integração da informação numa secção autónoma, como aqui foi tratada pelo Observador e que se considera importante replicar.

Face à utilização de *links* pelos média analisados, podemos concluir que o Observador se preocupou mais em efectuar ligações externas (para médias nacionais, internacionais e outros organismos) enquanto que o Público efectuou preferencialmente ligações para o seu próprio arquivo, fosse através de ligações inseridas no texto ou de ligações constantes em caixas laterais.

Nesta matéria, parece haver uma tendência proteccionista do Público pois se, na utilização de outros média como fontes o percentual obtido pelos dois periódicos era equiparável, o mesmo não acontece com a utilização de ligações externas.

É de salientar que as ligações efectuadas foram sobretudo para a obtenção de mais informação e não tanto para mais explicação e mais contexto, o que teria permitido um maior aproveitamento das potencialidades desta ferramenta.

Ainda assim, é provável que tanto o Observador como o Público tenham recorrido a *links* para compensar o conteúdo da própria peça, que nem sempre tinha tanto material informativo ou explicativo como o a peça conectada. O que se interliga com a prevalência da cobertura do acontecimento, em detrimento da explicação.

Relativamente aos conteúdos multimédia, prevaleceram as imagens, que constaram pelo menos uma vez na maioria das peças analisadas. As galerias de imagem surgiram muito menos, apesar da sua importância na criação de um impacto mais contínuo.

Salienta-se ainda a utilização de publicações em redes sociais (como o *Facebook* e o *Twitter*), especificamente no Observador, na qual foi a terceira variável da multimedialidade com mais expressão, o que aponta para a crescente visibilidade das redes sociais na actualidade.

No entanto, a grande ausência de resultados relevantes – e tendo em consideração que a análise foi feita no meio online – verificou-se nas infografias, vídeo e áudio, em ambos os periódicos.

Ora, relembrando-se os resultados do questionário, os inquiridos haviam identificado o online como a segunda plataforma mais utilizada na obtenção de informação sobre a crise dos refugiados. Os dados apontam para a necessidade de maior aproveitamento dos recursos do meio online, visto o crescendo de interesse.

No tocante à abordagem da peça, há a ressaltar que as peças da variável humanização não atingiram metade dos resultados em ambos os meios de comunicação. Para mais, a crise dos refugiados raramente foi enunciada como um tema específico de direitos humanos, o que não corresponde à percepção de metade dos inquiridos no questionário distribuído.

Conclui-se também que a definição de refugiado raramente foi encontrada nas peças analisadas, o que aponta para a necessidade dessa explicação. Afinal, e retornando ao questionário, a grande maioria dos inquiridos afirmou considerar-se mais esclarecida quando os conceitos são explicados e enquadrados no tema.

Por fim, é de salientar que a maioria das peças foi caracterizada por um tom negativo, que não privilegiou as soluções, antes focando-se nos obstáculos. E, no que respeita ao ponto de vista, foi maioritariamente ocidental em detrimento de uma visão intercultural.

Face aos resultados obtidos e aos motivos que foram sendo expostos, considera-se pertinente desenhar um modelo editorial que colmate as áreas que foram menos integradas na cobertura jornalística analisada e que reúna as melhores práticas, com vista ao melhor esclarecimento possível do tema.

Capítulo 4. O projecto – das premissas ao modelo editorial

É seguro referir que o jornalismo tem um papel importante no fornecimento de informação e no impacto que cria na opinião pública como, aliás, já se tinha retirado da revisão de literatura. No caso específico dos refugiados, a maioria do público não teve, muito provavelmente, experiência directa em tais assuntos, pelo que o tipo de cobertura jornalística é relevante na obtenção de informação e na criação de percepções (Allen *et al.*, 2017).

Os resultados encontrados na análise do questionário e na análise de notícias apontam para a falta (ou menor relevância) de elementos considerados cruciais para a abordagem do tema, designadamente fragilidades na cobertura especializada, na explicação cuidada, no tom da cobertura, a ausência de alguns elementos multimédia considerados relevantes, etc., pelo que se propõe a criação de um modelo editorial (em meio online) que reúna um conjunto de boas práticas jornalísticas relacionadas com estes tipos de cobertura e ainda algumas recomendações adjacentes.

4. 1. Proposta de arquitectura da informação

Primeiramente, projectou-se este modelo numa secção autónoma de um periódico online. Uma secção própria permitirá o enfoque no tema e o desenvolvimento das peças jornalísticas no seio da mesma, facilitando a interligação dos núcleos existentes. Ao contrário das categorias especiais, uma secção autónoma, integrada no menu principal do órgão de comunicação social facilitará a contínua criação dos seus conteúdos, que se pretendem especializados, bem como facilitará a pesquisa dos leitores que desejem obter informação especificamente sobre tal temática.

A esta secção dar-se-á o nome de *Refugiados no mundo*, visto o seu objecto central.

Subsecções

Na secção autónoma *Refugiados no mundo*, existirão várias áreas, que poderão corresponder também às respetivas subsecções de um menu. Considera-se que as peças de actualidade (notícias diárias e de última hora, entre outras) devem aparecer centralizadas, com a seguinte designação *Destaques*.

A subsecção anterior conviverá com outros que, lateralizados na página, constituirão caixas de hiperligação. Estes agregarão a informação de três âmbitos: humano, explicativo e geográfico, e serão actualizados periodicamente.

Relativamente à primeira subsecção, designar-se-á *Estórias – Os outros somos todos*, e o seu propósito é dar a conhecer ao leitor as *estórias* dos intervenientes dos fluxos migratórios, refugiados que estão ou estiveram em fuga dos seus países de origem, o seu percurso e de que formam procuram solucionar os seus problemas.

Paralelamente, ter-se-á a subsecção *Explicando o Refugiado*, com uma função essencialmente explicativa, uma vez que está em causa um tema de direitos humanos com contornos legais específicos e que atravessa quer o direito nacional quer o direito internacional, o que requer a opinião de especialistas.

Ainda neste campo, e tendo em consideração que as *fake news* e a falta de rigor foram apontadas como alguns dos problemas existentes, pensou-se numa subsecção, designada por *Iluminador de (pre)conceitos* e que procurará desmistificar alguns dos preconceitos existentes, bem como outras percepções que forem surgindo de forma errónea.

Por fim, a terceira subsecção, denominada *Geografia do refugiado*, é dedicada às grandes crises migratórias no mundo e procurará mostrar os números de deslocados no globo, os países de origem, de trânsito e de destino, bem como enquadrar com a localização dos conflitos geradores de fluxos migratórios.

Em todas deverá existir uma barra cronológica que permita aceder ao histórico.

Pretendeu-se, assim, que nesta secção *Refugiados no mundo*, estejam sempre presentes diversos elementos que enquadrem a situação e que tornem a cobertura especializada, explicativa e humana, o que nem sempre se consegue com uma só peça jornalística. Assim, navegando pela secção e seus núcleos, o leitor poderá ter uma visão global e actualizada da temática.

Estratégia editorial de cada subsecção e recomendações relacionadas com a cobertura

Como já foi avançado, o presente modelo editorial, pensado para o meio online, procura superar as fragilidades encontradas nas análises feitas neste estudo.

Na subsecção Destaques

Este núcleo é dedicado às peças marcadas pela actualidade, no qual existirá um acompanhamento das notícias diárias, de última hora, construção de especiais, entre outros.

As peças em destaque devem conter hiperligações para os outros núcleos, para permitir ao leitor aperceber-se da interligação dos vários conteúdos. Para esse efeito, devem existir *links* no texto da própria peça para o arquivo da secção autónoma, mas também hiperligações através de pequenas caixas laterais junto aos textos.

Estas últimas terão as designações de “quero conhecê-los”, “quero saber mais” e “quero encontrá-los”, consoante sejam direccionados para peças da área das *estórias*, da explicação ou do âmbito geográfico, respectivamente. Por baixo da designação da caixa de hiperligação, deve constar o título da peça objecto de ligação.

Pretende-se a obtenção de uma cobertura especializada. Sendo que esta resulta da conjugação de vários elementos que aprofundem as especificidades do tema, a interligação das peças em destaque com os outros núcleos mencionados é deveras relevante.

Nas peças em destaque deve ser dada primazia a peças próprias, com investigação do jornal e menos à replicação de peças das agências noticiosas. Ainda que estas possam ser uma fonte importante, quanto mais originais forem as peças, menos repetitivas serão, o que poderá fidelizar mais o leitor.

No que concerne ao género jornalístico, as peças não se deverão limitar às notícias, devem também ser feitas reportagens, entrevistas, perfis, crónicas (com destaque para os que, dentro dos cronistas do jornal, tenham mais contacto com o tema). Pretende-se, também por esta via, o distanciamento de uma cobertura que sobrevaloriza o acontecimento em detrimento da explicação do mesmo.

A utilização de especialistas é muito pertinente para o rigor e credibilidade dos conteúdos. Devem, pois, ser aqui largamente utilizados como fontes, bem como as ONG's e os próprios refugiados. Paralelamente, devem ser utilizados outros média e agências noticiosas, que são também confrontados com preocupações de cobertura.

Para mais, dar voz aos refugiados não só pode ajudar a tornar a peça mais humana como também a torna mais multicultural. Perceber as necessidades das pessoas e o que pode ser feito para supri-las ao invés da focagem nas preocupações ocidentais. Pretende-se, assim, mais paridade.

Deve haver cuidado com a explicação dos fenómenos e dos conceitos (por exemplo, a definição de refugiado) e o enquadramento (como tema de direitos humanos, com interligação dos conflitos pré-existentes e geradores de êxodos), que devem estar embutidos nas peças e densificados através de hiperligações como mencionado acima.

Por tendência, as peças não devem ser excessivamente longas e devem ser cruzados vários elementos multimédia. O meio online é permeável à utilização de recursos como infografias (especialmente se forem interactivas, porque permite o envolvimento do leitor), galerias de imagem, vídeos (devido ao impacto potenciado), áudio, publicações em redes sociais, bem como gráficos e cronologias.

De salientar que as cronologias são especialmente úteis quando se está a cobrir um acontecimento objecto de constante actualização. O meio online permite essa actualização constante, bem como o tratamento da informação de forma a tornar visíveis os momentos chave e a sua evolução.

Relativamente à utilização de *links*, estes não devem ser apenas para o arquivo da própria secção e jornal (internos), como também externos (para outros média e organismos diversos).

Os jornalistas devem ter algum cuidado na escolha das peças objecto de ligação. Não bastará serem sobre o mesmo tema ou repetirem a informação que estes já veicularam na peça principal. Deverão procurar também peças que providenciem por mais contexto e explicação, para além de mais informação.

Bem como deve ser tido em consideração o tom do discurso, que se espera positivo, focado nas soluções, potenciador da tolerância, indispensável em situações de interligação de culturas, costumes e diferentes religiões, o que se deverá refletir no conteúdo da peça e na escolha dos títulos.

Na área *Estórias – Os outros somos todos*

Em *Estórias – Os outros somos todos*, os conteúdos serão centrados em testemunhos na primeira pessoa de refugiados que relatem as suas vivências pessoais no movimento migratório do qual fazem parte, bem como o seu estado actual, o que pode ser em trânsito (entre países), em campos de refugiados ou nos países de acolhimento, entre outras situações.

Através de vídeos, reportagens escritas entrecruzadas com áudio, galerias de imagens, entre outros elementos, o leitor saberá que encontrará estórias novas periodicamente.

Esta área estará dividida em três partes distintas, com as seguintes designações “nos campos de refugiados”, “em movimento” e “nos países de acolhimento”.

Cada peça deverá estar destacada, com uma imagem central, que incidirá sobre a pessoa visada e com o título que o jornalista considerar mais adequado (por exemplo, uma citação sucinta da pessoa).

Na parte dedicada aos campos de refugiados, deve haver um esforço pela obtenção de *estórias* nos campos, com recolha de depoimentos quer individuais quer grupais (de família e amigos, dependendo da situação) e acompanhamento da vida nesses abrigos provisórios, enfatizando as limitações e as oportunidades.

Como exemplo, os jornalistas poderão procurar saber que condições de vida são dadas, que apoios são concedidos, que hipóteses de empregabilidade fora dos campos são fomentadas, de que forma está a ser tramitado o seu pedido de asilo, que oportunidades escolares existem para as crianças, entre outras situações.

Para tal, os jornalistas devem auxiliar-se nas ONG’s que trabalham no terreno (exemplo do ACNUR), solicitar-lhes apoio logístico e acompanhar as suas iniciativas e projectos que, inúmeras vezes, para além da ajuda humanitária *per si*, tentam promover a solidariedade e a integração.

As ONG’s poderão ser especialmente úteis se os jornalistas optarem por abordar a temática das crianças não acompanhadas. Segundo os dados da UNICEF (2017), 92% das crianças que chegaram a Itália em 2016 e no início de 2017 não estavam acompanhadas, quando essa percentagem, em 2015, foi de 75%. Poderão ser feitas reportagens a voluntários/trabalhadores das ONG’s que contactam com essas situações (neste caso em particular, exemplificativamente, a UNICEF).

Na parte referente ao movimento de refugiados, o objectivo é a divulgação de *estórias* das pessoas que se encontram em trânsito entre países. Esta foi uma situação muito comum encontrada nas peças objecto da análise de notícias, também devido ao âmbito temporal em causa.

Projectou-se a construção de peças que tenham em atenção os percursos dos refugiados (mas salvaguardando a segurança dos jornalistas), os transportes utilizados e as formas de superação das fronteiras (pois muitos são considerados imigrantes ilegais).

Também aqui, o apoio das ONG's pode ser muito relevante uma vez que, munidos de uma estrutura diferente de um meio de comunicação, podem ser um elo de ligação com os intervenientes. Para mais, muitas ONG's dedicam-se já a registar os testemunhos de muitos refugiados e poderão constituir uma fonte valiosa. Existe, inclusivamente, e a título de exemplo, uma revista do ACNUR "The refugee brief", podendo procurar-se parcerias com os autores.

Na parte dedicada à integração nos países de acolhimento, tais situações devem ser objecto de cobertura tendo por apreço a verificação dos desafios encontrados e das estruturas de apoio existentes. Podem ser abordadas questões linguísticas, de empregabilidade, de projectos de inclusão social, bem como de iniciativas oferecidas pelas ONG's locais.

No caso nacional e exemplificativamente, o CPR – Conselho Português para o Refugiado, a PAR – Plataforma de Apoio ao Refugiados e o ACM – Alto Comissariado para as Migrações. É de salientar que o ACM tem uma revista mensal, de acesso online, com enfoque na integração e no programa de recolocação de refugiados, podendo ser equacionada uma parceria.

Outro conteúdo que merece destaque nesta sede são os exemplos de sucesso de integração. Pessoas que, no passado ou na actualidade, e após terem tido oportunidades nos países de acolhimento, se destacaram de alguma forma, o que pode ser abordado do ponto de vista escolar, académico, profissional, empreendedor, cultural, entre outros.

Em qualquer uma das divisões do núcleo *Estórias – Os outros somos todos*, devem existir ligações para redes sociais como o *Facebook* ou o *Twitter*, que direccionem para publicações de organismos ou grupos (abertos) implicados com o

tema dos refugiados. Os relatos publicados poderão até provir de conteúdos partilhados pelos próprios refugiados nas redes sociais e que os jornalistas considerem pertinente replicar.

Procurou-se, assim, obter uma cobertura mais multicultural, com uma abordagem mais humana e com um tom de discurso mais positivo.

Na área *Explicando o Refugiado*

Esta área foi pensada para fornecer mais explicação sobre o tema dos refugiados. Com esse intuito, projectou-se a existência de caixas de esclarecimento, que se vão destacando conforme a visualização dos seus conteúdos.

Estas caixas de esclarecimento deverão conter a definição de refugiado (que resulta da Convenção de Genebra de 1951), bem como as diferenças de conceitos como migrante económico, imigrante, entre outras.

A par da importância de saber os conceitos está o conhecimento de quais os direitos dos refugiados. Assim, deverá haver também caixas de esclarecimento sobre o estatuto dos refugiados - que direitos consagra ao nível da protecção e que deveres implica.

Será também relevante explicar ao leitor que os refugiados não podem ser devolvidos para um país onde esteja em risco – princípio do *non refoulement*. O que pode promover a consciência dos leitores de que acolher não é apenas uma questão moral mas também legal, que os Estados signatários (da convenção) não podem deixar de respeitar.

Nesta linha de pensamento, os jornalistas deverão também providenciar esclarecimento sobre o que é o direito de asilo, consagrado internacionalmente na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Aliás, é extremamente desejável que o

tema seja identificado como um tema de direitos humanos, o que pode ajudar a formar a percepção do leitor quanto à sua importância e dignidade.

Não bastará, para tal, a utilização de expressões como “humano” ou “humanismo”, mas a clara referência à sua integração nos direitos humanos e aos tratados internacionais de onde provém tal caracterização jurídica.

Por conseguinte, para além de poderem ser retirados excertos, devem existir *links* nos textos que direccionem para os tratados integrais. A título de exemplo, têm pertinência a Convenção de Genebra de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados, o Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados (que alargou o âmbito da definição), a Declaração Universal dos Direitos do Homem e, especificamente quanto à questão europeia, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

Este núcleo deverá também ser constituído por esclarecimentos e opinião de especialistas, convidados periodicamente de entre aqueles que já tenham acordos pré-estabelecidos com o jornal (o que mais à frente será explorado).

Tais especialistas poderão provir das áreas dos direitos humanos, migrações, direito internacional, ciência política, e ajudarão a interpretar os conceitos expostos e a fornecer-lhes a devida interligação e contexto histórico.

Este núcleo será dotado ainda de uma outra funcionalidade que se designa por *Iluminador de (pre)conceitos*, com o objectivo de ser um instrumento de combate às *fake news*, notícias falsas que circulam no meio online sem controlo aparente.

As *fake news* potenciam o receio já existente face aos refugiados, por provirem de países não ocidentais, por serem maioritariamente islâmicos quando o ocidente enfrenta o problema do terrorismo (de matriz essencialmente islâmica), sendo necessária a implementação de instrumentos de desmistificação de conceitos (ou de preconceitos).

Para mais, também é necessário que o público perceba que há limites ao estatuto dos refugiados e que, se houver razões sérias para pensar que estas pessoas cometeram crimes graves, então ser-lhes-á negado o estatuto de refugiado.

Assim, nesta funcionalidade existirão perguntas-chave que poderão começar com “é verdade que (...)?”, direccionadas para os preconceitos que se pretendem desmontar ou simplesmente clarificar, às quais deverá ser dada uma resposta clara, objectiva e fundamentada.

Em suma, pretendeu-se dotar as peças jornalísticas de mais explicação e rigor, com a identificação de conceitos fundamentais para a compreensão do que é um refugiado e de todo o enquadramento (jurídico, político, histórico) que lhe está inerente.

Área Geografia do refugiado

A área *Geografia do refugiado* tem por objectivo fornecer contexto não apenas dos movimentos contemporâneos, mas também dos passados, pois as crises migratórias, por variados motivos, sempre existiram no globo. Aliás, ao que tudo indica, continuarão a existir e cada vez com maior expressão, visto as escaladas de conflitos e até problemas de carácter ambiental que ensombram o futuro.

Pretendeu-se uma abordagem internacional, ainda que por vezes possa ser mais genérica – mais global – e outras vezes possa ter um ângulo de focagem mais apertado, o que ajudará a pormenorizar determinadas situações.

Assim, através da apresentação de mapas interactivos, infografias, gráficos, etc – que se pretendem claros e objectivos - deverão ser demonstrados os fluxos migratórios contemporâneos, com números de pessoas deslocadas e com as rotas utilizadas (sendo de salientar que as rotas vão mudando, consoante os obstáculos encontrados pelo caminho, o que deve ser explorado).

No que ao continente europeu diz respeito, uma boa fonte será a FRONTEX - Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira que, para além da parte operacional, tem também funções investigativas e de formação.

Contudo, este núcleo está pensado para o globo, pelo que não se deve cingir apenas à Europa e fluxos relacionados. Existem, aos dias de hoje, outros movimentos migratórios com grande expressão e visibilidade, como os registados pela minoria Rohingya, que fogem da repressão em Myanmar (antiga Birmânia) e na América Central, em que cidadãos de países como as Honduras ou El Salvador, tentam alcançar o Norte da América.

Por forma a fornecer mais contexto, deve também fazer-se a ponte com a situação dos países de origem dos refugiados, na maioria das vezes alvo de conflitos, internos ou externos, bem como outras situações existentes de repressão ou perseguição, que constituem motivo de fuga pela insegurança vivida. Pode, inclusivamente, existir um mapa próprio com os conflitos activos que produzem mais refugiados no mundo.

Deverá também haver uma atenção particular aos números de refugiados acolhidos, em que países e em que condições (ou seja, se integrados nas comunidades de países ou acolhidos em campos para o efeito). Por ligação com a crise dos refugiados de 2015 na Europa, pode tentar-se obter os resultados da redistribuição de pessoas, em comparação com as quotas previamente definidas (o que foi amplamente divulgado pela comunicação social no período analisado). Para este caso em particular e no que concerne a Portugal, o ACM constituirá uma fonte válida.

Projectou-se ainda que os jornalistas se debrucem sobre fluxos migratórios passados. Através das mesmas funcionalidades, poder-se-á fazer uma retrospectiva de movimentos, em termos de décadas ou mesmo séculos, interligando com elementos históricos de relevância. A título de exemplo, a crise de refugiados originada pela II Guerra Mundial; a originada pela guerra dos Balcãs, na década de 90 do século passado; a derivada do genocídio no Ruanda, contemporâneo a esta última, mas no continente africano, entre tantos outros exemplos.

Através destes elementos, tentar-se-á fornecer mais contexto, dando uma visão global e palpável dos movimentos migratórios que se sucedem pelo mundo e, cada vez mais e sem fim aparente à vista, também perto de nós.

4. 2. Recursos humanos

Os recursos utilizados para a criação desta secção serão os do próprio jornal, sendo necessários pelo menos 5 jornalistas para a produção de conteúdos, bem como 1 editor. Afigura-se também necessária a alocação de 1 designer gráfico/programador, com competências multidisciplinares. No total, trabalharão nesta secção 7 profissionais. Saliente-se que estes jornalistas não trabalharão exclusivamente para esta secção, mas terão o treino ou a formação para tal.

Formação

Uma vez que irão ser utilizados os recursos já existentes no jornal, é compreensível – e desejável – que estes tenham formação nas áreas em foco. Assim, ao dotar o seu saber jornalístico de uma série de elementos explicativos e contextualizadores, permitir-lhes-á construir peças especializadas.

Para esse efeito, deve ser encetada uma série de parcerias (com exemplos que seguidamente se apresentarão), através de programas de bolsas eventualmente existentes nos organismos aptos a facultar tal formação; de um sistema *pro bono* (costuma haver maior sensibilização social quando se tratam de temas de direitos humanos); ou através de convite de organismos com os quais possam existir parcerias (com custos especialmente reduzidos).

Propõe-se a existência de uma formação inicial para os jornalistas, o que pode ser promovida, a pedido, pelos organismos aderentes ao projecto. Este tipo de formação poderá ser ministrada através de sessões de esclarecimento conjunto nos espaços já

existentes pelas instituições. Os jornalistas poderão também ser convidados a assistir a conferências ou colóquios que já fossem decorrer sobre os assuntos em causa.

Após esta formação inicial, que dotasse os jornalistas de uma série de competências a este nível, deveria haver a oportunidade de esclarecimentos pontuais, no caso de dúvidas ou necessidade de clarificar conceitos anteriormente apreendidos.

4.3. Parceiros

Para o efeito acima previsto, bem como para a participação dos especialistas convidados a escrever periodicamente para a secção, deve ser estabelecida uma rede de parceiros. É prioritário integrar instituições de ensino, como a Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Por referência à primeira, é de referir a existência do “Global Campus of Human Rights”, onde são desenvolvidas várias iniciativas. Bem como a Universidade Católica Portuguesa e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. É de salientar que em todas estas instituições já decorreram, recentemente, conferências sobre os refugiados e crises migratórias.

Sem esquecer o ISCTE - IUL, direccionado para áreas sociais, algumas com interligação com o tema, como Ciência Política, Antropologia e Sociologia. O ISCTE – IUL promove ainda, desde 2014, a *Rede Migra* que reúne investigadores de diversas áreas de ciências sociais e que desenvolvem pesquisa na área das migrações. É de ressaltar que se pretende que a secção contenha conteúdos multidisciplinares e esta pode ser uma boa fonte de especialistas.

Outros parceiros privilegiados são fundações que têm promovido conferências sobre refugiados, como a Fundação Saramago, Fundação Friedrich Ebert e a Fundação Calouste Gulbenkian. No que diz respeito a esta última, é de salientar a existência do Programa de Coesão e Integração Social 2018-2022, que contempla a temática das migrações num dos seus eixos estratégicos.

Pode também ser experimentada uma parceria com o CENJOR – Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas, na hipótese de vir a existir alguma formação sobre a temática.

Com a Ordem dos Advogados, pode ser criada uma bolsa com advogados que tenham currículo académico ou profissional para o efeito e que possam prestar esclarecimentos ou serem convidados enquanto especialistas para o núcleo explicativo. É de salientar que a Ordem dos Advogados promoveu uma iniciativa equivalente aquando o despoletar da crise dos refugiados, criando uma bolsa para advogados que pretendessem prestar apoio jurídico, em regime de voluntariado, em campos de refugiados na Grécia.

São essenciais também os especialistas das ONG's, como o ACM – Alto Comissariado para as Migrações, o CPR – Conselho Português para os Refugiados, a PAR – Plataforma de Apoio aos Refugiados (estes em Portugal) e, ao nível internacional, o ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

Com estes apoios no que diz respeito à formação e aos convites a especialistas, os conteúdos ficarão mais enriquecidos e mais (e maior) esclarecimento será prestado aos leitores. Em bom rigor, é esse o grande objectivo da secção autónoma que ora se constrói.

CONCLUSÃO

A crise dos refugiados na Europa ocupou a atenção dos média e do público, especialmente durante o ano de 2015, quando os europeus viram entrar nas suas fronteiras mais de um milhão de pessoas que, com o objectivo de alcançar território seguro, abandonaram os seus países em conflito (e mesmo em guerra civil, como é o caso da Síria). Quem viu (e poucos terão sido os que não viram), através dos meios de comunicação social, o desespero destas pessoas que chegavam maioritariamente em embarcações, atravessando o mar Mediterrâneo, apercebeu-se também que houve quem não tivesse chegado. Os que pereceram, traídos por um mar outrora vislumbrado como destino de veraneio, traídos por traficantes que, na tentativa de obter maior lucro, sobrelotavam as embarcações que, depois, cediam ao peso. Traídos pelos seus próprios países, que não conseguiam assegurar a sua segurança e, depois, traídos pela onda de medo e suspeição que a sua chegada trouxe ao “velho continente”.

Concretizando os números (porque os conceitos são importantes, mas os números também são), a crise que foi apelidada como a maior desde a II Guerra Mundial, assumiu dimensões épicas: em 2015 entraram na Europa, através do mediterrâneo, 1.015.078 pessoas, tendo 3.771 morrido na tentativa. E o fluxo continua, pois desde 2016 até agora, alcançaram a costa europeia mais 547.590 pessoas e 8.723 morreram ou desapareceram. Os números são mais pequenos mas também reveladores de que este assunto não se esgotou. Pelo contrário, tendo em conta que os conflitos que alimentam esta crise encontram-se activos, nomeadamente no Médio Oriente e em África. O que representa países, pessoas, que não estão tão longe assim dos contornos europeus, como, aliás, a Europa teve oportunidade de se aperceber.

A percepção da dimensão desta crise não teria sido possível sem o mundo global e o jornalismo da era global que, através do *online* e dos meios tecnológicos existentes aos dias de hoje, disseminam e tornam a informação instantânea. E, muito provavelmente, a própria crise também não teria estes contornos se não fosse o mundo globalizado. Afinal, os refugiados sabiam (e sabem) exactamente do que estão a fugir e quais os países seguros para onde desejam ir para prosseguirem com as suas vidas.

No entanto, a facilidade que o mundo global nos traz na movimentação e na transmissão da informação não traz na compreensão verdadeira dos fenómenos. Repetindo a ideia de Hafez (2009), “a ideia de que as pessoas conseguem entender questões globais sem ter que ler sobre os seus contextos locais é enganadora”. E por isso o jornalismo é tão importante.

De facto, como referiu Pöyhtäri (2014), os meios de comunicação são os mediadores entre as fontes ou objectos representados e os destinatários ou públicos dessas representações. E, no caso em apreço, o representado é o refugiado. Interessará revisitar o que significa e o enquadramento que lhe está subjacente.

A definição de refugiado encontra-se na Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, também conhecida como Convenção de Genebra, proclamada pelas Nações Unidas, designando a pessoa que “receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e que não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a protecção daquele país”. O protocolo de 1967, relativo ao mesmo estatuto, veio alargar o seu âmbito de aplicação e conferir-lhe a redacção que conhecemos hoje em dia, pois a Convenção havia sido pensada inicialmente para os fenómenos de refugiados que surgiram após a II GM.

Por conseguinte, ao nível do direito internacional, são estes os principais instrumentos que permitem às pessoas que, face às necessidades apontadas, possam procurar refúgio noutro país. Instrumentos apoiados no direito a asilo consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adoptada uns anos antes, em 1948, pela ONU.

O ACNUR, por sua vez, tem o papel de supervisionar a aplicação da Convenção e em garantir a protecção dos refugiados. É de salientar, por exemplo, o princípio de *non refoulement*, basilar no tratamento dos refugiados, que impede o país receptor de devolver o refugiado para outro país em que este não esteja seguro. Relativamente a este tópico, seria preciso um outro trabalho, com um ângulo de abordagem diferente, para se perceber se este princípio tem sido correctamente acautelado.

Naturalmente que, num tema como o dos refugiados, ramificado dos direitos humanos (e historicamente do “direito a santuário”, na Grécia Antiga e Roma Imperial), há muito a explorar pelo jornalista para além do seu enquadramento técnico. Já antes se falou em “responsability to report” (Thompson, 2007) no que diz respeito aos temas de direitos humanos. Sem descurar os princípios do rigor e da imparcialidade, estes temas não poderão ser cobertos pelo jornalista como um mero observador, sendo defensável uma responsabilidade moral em relação aos direitos humanos.

Como defendem Beman *et al.* (2008), os jornalistas têm a capacidade de informar e a oportunidade de educar o público para os seus direitos e de ajudar a monitorizar os direitos humanos. Para isso, os jornalistas de direitos humanos carregam consigo uma obrigação para o activismo, pois ao identificarem um abuso, devem incluir na peça as formas através das quais esse possa ser eliminado (Rose, 2013).

Numa linha próxima de pensamento encontra-se o “conflict sensitive journalism” (Howard, 2004) que caracteriza o bom jornalismo como aquele em que existe uma constante busca por soluções, o olhar atento dos vários ângulos da situação e a escolha cuidada das expressões a utilizar.

Na componente empírica deste trabalho foi escolhido o meio *online* como campo de pesquisa, pelo que há ainda que ressaltar a relevância do jornalismo de contexto para o tratamento das peças sobre refugiados ao permitir a junção de vários elementos multimédia. Ainda que, naturalmente, existam peças contextualizadas noutros meios, este oferece mais suportes, devendo ser valorizado o potencial contextualizador da internet (Zamith, 2011).

De facto, o meio digital deu à crise dos refugiados uma visibilidade enorme, através das peças dos jornais *online*, da actualização mais constante das notícias e das publicações de textos e imagens em redes sociais como o Facebook e o Twitter, provocando um grande debate sobre refugiados pelo mundo inteiro. Porque a crise dos refugiados na Europa chegou rapidamente ao mundo.

Este trabalho procurou, num primeiro momento após o enquadramento literário, saber qual a opinião do público face à cobertura feita pelos média portugueses à crise em foco. Para tal, foi elaborado e divulgado um questionário online. Após a obtenção de um número de respostas que se considerou razoável (310), foi feita a análise quantitativa da maioria das questões, optando-se por uma análise de conteúdo das questões de resposta livre.

De seguida, pretendeu-se saber como tinha sido a cobertura jornalística à crise dos refugiados em dois periódicos portugueses, o Observador e o Público (escolhidos pela sua expressão no meio *online*), no período de 02 a 08 de Setembro de 2015. Este período específico foi escolhido por ter ficado marcado pelo afogamento de Alan Kurdi (bem como da sua mãe e irmão) que, com apenas três anos, foi encontrado numa zona balnear turca e cuja imagem provocou uma onda de consternação global.

Para a análise das peças recolhidas, foi utilizada a análise de conteúdo, tendo-se procedido ao agrupamento da informação e à sua categorização, através da definição de critérios, o que permitiu o apuramento dos resultados anteriormente demonstrados. Pretendeu-se obter um olhar mais detalhado sobre a cobertura jornalística portuguesa, o que não se fez sem a revelação de uma série de fragilidades que, depois, sustentaram e apontaram para a necessidade de um projecto do qual adiante se concluirá.

Uma das fragilidades mais flagrantes foi a fraca expressividade de cobertura especializada, nos dois periódicos. No Observador, apenas 7,95% das peças eram especializadas, enquanto que o Público apenas alcançou 14,04%. O que traduz que a cobertura não teve em consideração a especialidade do tema, integrado no jornalismo de direitos humanos e que, maioritariamente, não foi tratado como tal (ou seja, com explicação, enquadramento, com profissionais notoriamente especializados).

Este resultado está alinhado com a menor utilização de especialistas como fontes para as suas peças, especialmente quando comparados com outras variáveis. Ora, uma cobertura desta natureza, se não tiver jornalistas especializados no assunto, deve ter em consideração, pelo menos, uma maior utilização de especialistas (fontes) na matéria.

Assim como deve haver um aprofundamento da própria investigação do jornal, e não se limitar ao apoio de agências noticiosas, replicando os seus conteúdos (como várias vezes se encontrou no Observador). As questões de direitos humanos precisam de ser explicadas no seu contexto e devem incluídos acontecimentos conexos; a cobertura será mais credível quando os jornalistas fazem as suas próprias investigações e não se limitam a fontes secundárias (The International Council on Human Rights Policy, 2002). Rose (2013) defendeu mesmo um treino a longo prazo para jornalistas, o que poderia incluir discussões com jornalistas, académicos, entre outros.

No que concerne à explicação e ao enquadramento das situações, encontra-se uma fragilidade semelhante. A maioria das peças focou-se no acontecimento, ao invés de optar pela explicação e da interligação com as situações que o precediam ou complementavam. O que está em consonância com os resultados obtidos na amostra, em que a grande maioria das peças eram notícias (contrariamente à percentagem de reportagens, entrevistas e crónicas).

Contudo, tal não é justificativo, pois existem exemplos de notícias bem desenvolvidas e explicadas. Ainda que o jornalista possa ter mais recursos (de tempo, de fontes) quando desenvolve uma reportagem, há oportunidade para enriquecer o conteúdo da notícia por forma a que esta não informe apenas sobre o acontecimento. Não esquecendo que, neste caso, os acontecimentos estavam enquadrados numa crise de maior escala, pelo que esse enquadramento (maior ou menor) seria sempre necessário.

É de salientar que, no questionário, esta foi também uma das ausências mais notadas: não só as notícias de enquadramento foram consideradas como das que mais falta fizeram para um maior esclarecimento, como quando os participantes foram chamados a responder livremente ao que tinha faltado, a categoria que obteve mais expressividade foi a do contexto, onde se incluíam as peças explicativas e os conteúdos especializados.

Esta fragilidade em termos de explicação é flagrante ao nível dos conceitos. Neste tema, que foi marcado por grandes divergências de conceitos (entre o que deveria

ser considerado um refugiado ou um migrante económico), apenas residualmente foi encontrada a definição de refugiado (1,14% no Observador e 1,75% no Público). O que nos leva a uma questão: como se pensa conseguir prestar um bom esclarecimento se não for incluído o conceito basilar e ponto de partida para a compreensão de toda esta temática?

Defende-se que a explicação dos conceitos (e não apenas o da definição de refugiado) é fundamental para um melhor entendimento e ajuda, inclusivamente, a evitar equívocos desnecessários. Há que salientar que a grande maioria dos inquiridos, quando chamados a responder no questionário, consideraram-se mais bem informados quando os conceitos são explicados e enquadrados no tema. Na senda do que foi dito antes, os jornalistas devem ter um bom entendimento das matérias chave que abordam nas peças e devem fazer referência aos normativos internacionais que lhe estão subjacentes (Beman *et al.*, 2008).

Outra preocupação que se verificou foi no âmbito da humanização: num primeiro momento, porque sendo este um tema de direitos humanos, deve haver uma preocupação pela demonstração do lado humano; num segundo momento, porque, pelo mesmo motivo, deve ficar claro de que se está a tratar de um tema de direitos humanos.

Ora, o lado humano das situações não foi suficientemente explorado, pois apenas menos de metade das peças analisadas foram consideradas humanas, em ambos os periódicos. O que está de acordo com a percepção dos inquiridos, que manifestaram ter faltado também humanização na cobertura. Contudo, nesta vertente, ainda se verificou uma tentativa por parte dos meios de comunicação, pois analisaram-se algumas peças que continham testemunhos de refugiados, estórias dos seus percursos e imagens do êxodo. Como foi defendido por Shaw (2012), se o público tiver um maior entendimento dos problemas através da sua explicação, é mais provável que tenham empatia com o sofrimento das pessoas e que apelem à intervenção internacional.

Onde, de facto, não se verificou essa tentativa, foi na apresentação da crise dos refugiados como um tema de direitos humanos. Ou melhor, na falta dessa apresentação

(2,27% no Observador e 5,26% no Público). Não bastam palavras como “humanismo” ou “humanidade” para caracterizar um tema. Uma vez mais, fez falta a explicação, até da identificação da matriz de onde provêm os direitos dos refugiados. O que poderia ajudar, e muito, nas percepções globais. Parece bastante importante que o público encare uma situação destas como uma obrigação legal (para além de moral) e não como uma tolerância que é dada às pessoas (refugiadas) num momento de crise.

Outra conclusão que se retira é a prevalência por um discurso de tom negativo nas peças analisadas, com poucas diferenças entre os dois periódicos (62,50% no Observador e 66,67% no Público). De facto, a maioria das peças não privilegiou um tom positivo, com procura por soluções, cuidado especial na escolha das expressões e abordagens de cariz mais positivo. Verificou-se maior ênfase na “tragédia”, no medo de uma “invasão”, nas disputas políticas para ver que países ficavam com as maiores (ou menores) quotas de refugiados a acolher, entre outros aspectos.

Relativamente a este tópico, Martin (2004) defende que a falta de um discurso positivo deturpa o entendimento de como a mudança pode surgir para melhor, exemplificando com a capacidade que os migrantes têm para renovar o seu novo meio. Nessa linha, não espanta (mas preocupa) que o ponto de vista assumido desta cobertura tenha sido o ocidental, muito mais alinhado com as preocupações ocidentais do que com as preocupações dos vários intervenientes desta crise, de cariz multicultural.

Relativamente aos elementos do meio *online*, como a multimedialidade e hipermedialidade conclui-se que, embora tenham sido utilizados, não foram tão explorados como poderiam ser para fornecer mais contexto. Nas peças analisadas, os grandes ausentes foram as infografias, os vídeos e o áudio (os dois primeiros em sentido relativo, pois as percentagens obtidas foram baixas, o último em termos absolutos).

Na hipermédia, embora se tenha verificado a existência de *links*, a grande parte cingia-se a fornecer mais informação (e por vezes com repetição de informação), havendo capacidade para ir muito mais além, por exemplo, através de mais ligações para médias nacionais ou estrangeiros que forneçam mais contexto, bem como para

organismos que relatam o acompanhamento destes êxodos nas suas páginas de internet (tal como foi feito, mas sem tanta expressividade).

Concluiu-se também uma prevalência cada vez maior do meio *online*, com os inquiridos a escolherem-no como a segunda plataforma pela qual obtiveram mais informação sobre a crise dos refugiados e afirmando a maioria ter prestado mais atenção a conteúdos multimédia. Partindo-se dessas premissas e do interesse demonstrado pelos mesmos nas peças relacionadas com os refugiados, bem como pela preferência na existência de numa secção especializada, e numa necessidade por maior rigor, foi criado um modelo editorial com vista a um conjunto de boas práticas jornalísticas.

Os resultados do inquérito, por um lado, e da análise de conteúdo, por outro, permitiram-nos criar o modelo editorial de uma secção autónoma quer poderia ser adoptada por um diário generalista com presença digital. Tentou-se, assim, aliar as pretensões dos inquiridos às fragilidades verificadas na cobertura.

Esta secção autónoma foi desenhada tendo por base diversas áreas, que serão objecto de actualização e que se interligam, dedicadas à actualidade, à humanização, à explicação e ao contexto geográfico (é de salientar que todas as designações da secção, núcleos e sub-divisões poderão ser encontradas no projecto, que aqui se considerou melhor não repetir, sob pena de exaustão).

Nas peças em destaque, no centro da secção, existirá o acompanhamento das notícias diárias, de última hora, construção de especiais, entre outros. Neste sentido, privilegia-se a existências de vários géneros jornalísticos, com narrativas assumidamente multimédia (sempre que seja adequado), havendo preferência por peças com texto não excessivamente longo e entrecruzado com elementos da multimedialidade. O discurso deverá ser ponderado, por forma a evitar expressões dúbias, títulos sensacionalistas e de pendor excessivamente negativo (quando se puder, face ao acontecimento, optar-se por outra abordagem).

Paralelamente, existirão *links* no texto da peça (para outros conteúdos), mas também caixas laterais de hiperligação, específicas para cada um dos restantes núcleos e que farão a ponte direccionada para cada um deles, por forma a que a interligação no seio da secção seja uma constante. Ainda relativamente às ligações, devem ser promovidas para publicações de redes sociais de organismos ou grupos implicados com o tema dos refugiados.

Relativamente ao núcleo da humanização, aqui devem ser mostrados, através de vídeos, reportagens escritas entrecruzadas com áudio e vídeos, galerias de imagem, entre outros, os testemunhos dos refugiados, com recolha de depoimentos individuais ou grupais. Estes testemunhos deverão ter em atenção as vivências nos campos de refugiados, situações em trânsito (entre países) e nos países de acolhimento.

Nomeadamente, nos campos pode haver um acompanhamento da sua vida diária, que retrate as suas limitações mas também as suas oportunidades, as condições existentes, questões relacionadas com os seus pedidos de asilo (fundamentais para o prosseguimento das suas vidas) e, até, questões relacionadas com as oportunidades escolares das crianças refugiadas.

Nos refugiados em movimento, poderão ser divulgadas *estórias* sobre superação de fronteiras, meios de transporte utilizados, locais onde se abrigam, ajudas que tenham recebido (quer de particulares, instituições ou governos).

Já no que concerne ao acolhimento, poderão ser explorados os projectos de inclusão existentes nos países receptores, questões linguísticas e de empregabilidade (que apoios existem?), assim como exemplos de sucesso de integração (passados ou contemporâneos).

Para este propósito, os média devem auxiliar-se das ONG's, que poderão fornecer apoio logístico para algumas situações de reportagem, bem como para os encaminharem para as fontes e também, serem por vezes as próprias fontes, visto que são conhecedores das situações. Dever-se-á pensar em ONG's internacionais (p.e. ACNUR, UNICEF) mas também ONG's e organismos locais (p.e. CPR, PAR, ACM).

Assim, tentar-se-á obter uma cobertura mais intercultural, uma abordagem mais humana e um tom de discurso mais positivo.

Por sua vez, na área dedicada à explicação, existirão caixas de esclarecimento que se vão destacando com a sua visualização, por forma a destacar o conteúdo que o leitor pretende. Estas caixas deverão ter conceitos (sobre os refugiados e as crises de refugiados), com excertos de tratados internacionais e *links* que direccionam para os textos originais. Acrescerão os esclarecimentos e a opinião de especialistas na matéria (p.e. direitos humanos, migrações, direito internacional, ciência política).

Neste núcleo, existirá também uma subsecção dedicada ao combate às *fake news*, que serve como um instrumento de desmistificação de (pre) conceitos, com a utilização da expressão “é verdade que (...)?” , devendo ser dadas respostas objectivas e fundamentadas.

Pretende-se, com estas indicações, mais explicação, mais rigor e mais enquadramento (jurídico, político, histórico).

Na área geográfica, o objectivo é fornecer contexto aos movimentos migratórios, contemporâneos e passados, mediante a apresentação de mapas interactivos, infografias, gráficos e outros elementos considerados pertinentes para apresentação dos fluxos correspondentes.

Atender-se-á a dados como o número de refugiados, de onde vêm, para onde vão, onde estão acolhidos, conflitos e perseguições activas. A atenção para estes fenómenos não se centrará apenas na Europa (enquanto continente receptor), mas também em outras crises de refugiados em curso pelo mundo (p.e. migrações da América Central para norte e a perseguição à minoria Rohingya) e para situações de crises anteriores pois a história deve ser relembrada.

Assim, utilizando os variados suportes da multimedialidade, procura-se fazer uso do potencial contextualizador do meio *online*, para melhorar o esclarecimento dos movimentos migratórios que acontecem por todo o globo.

Como foi mencionado, os recursos a utilizar serão os do próprio jornal (jornalistas e designer gráfico), no entanto, será necessária formação adequada, com vista a obter peças especializadas e jornalistas cada vez mais especializados na matéria. Pensou-se em valiosas parcerias com organismos detentores desse conhecimento, como Faculdades (nas quais existam núcleos sobre direitos humanos, jornalismo de direitos humanos e migrações), fundações que se tenham debruçado sobre o tema, ONG's locais e internacionais, o CENJOR, a Ordem dos Advogados, entre outros.

Tal parceria poderia ser feita através de um sistema de bolsas, de redução acentuada de custos, da existência de uma quota de convites, entre outras situações. A formação seria primeiramente inicial, com sessões de esclarecimento promovida por tais parceiros, com a entrada em conferências e colóquios que já estivessem programadas (afinal, é um assunto da ordem do dia e têm sido promovidas muitas destas iniciativas). Também seriam facultados esclarecimentos posteriores e pontuais, conforme as necessidades do jornalista e da matéria a reportar. Bem como se poderiam obter, através destes parceiros, os especialistas (p.e. Professores, Investigadores, Profissionais) adequados a dar a sua opinião periódica. O grande objectivo com a formação é, pois, a especialização.

Por fim, deste trabalho de investigação concluiu-se que o público tem interesse nas peças jornalísticas relacionadas com refugiados, mas que poderão não estar tão esclarecidos como pensam.

Não pareceu consistente que os inquiridos, que afirmam ter sentido mais falta de notícias de enquadramento e de contexto (aqui, conteúdos explicativos e especializados), assim como afirmaram não estar tão esclarecidos quanto gostariam, depois, quando chamados a responder ao conceito de refugiado (que é um conceito técnico-jurídico) tenham, na sua maioria, identificado a resposta correcta (ainda que, por outro lado, 40,9% não soubessem o conceito).

Este resultado pode ser explicado tendo em consideração que o questionário foi preenchido de forma *online*, o que faz surgir a hipótese de o público ter procurado a resposta através dos recursos da internet, uma vez que não havia um ambiente

controlado na aplicação do questionário. Esta hipótese explica-se pela desejabilidade social, que se traduz na tendência dos sujeitos para dar respostas socialmente aceitáveis ou consideradas mais correctas (Schermer e MacDougall, 2013, citados por Oliveira, 2013).

A ter-se verificado, a desejabilidade social seria mais forte numa questão deste tipo – uma pergunta de conhecimento – do que em relação a todas as outras questões do questionário, que eram de opinião ou percepção, sendo de relembrar o anonimato dos inquiridos.

No que concerne à cobertura jornalística, concluiu-se que o esclarecimento prestado pelos média, no geral, não foi suficiente não advogou a melhor abordagem.

Não foi suficiente por diversos motivos: porque se centrou no acontecimento, sem explicar devidamente; porque raramente introduziu conceitos; porque não fez a indicação do tema como de direitos humanos; porque não teve cobertura especializada suficiente. Aliás, já Gemi *et al.* (2013) haviam referido que há falta de jornalistas especializados em migrações, mas também há falta de vontade em lidar com tais questões.

A abordagem, por sua vez, não foi a melhor porque o tom das peças é maioritariamente negativo; porque se centra nas preocupações ocidentais; porque ficou aquém na vertente humana que poderia ter sido carregada para as peças.

Por isto, interligado com a importância do jornalismo na formação e na modelação de percepções do público, concluiu-se que, havendo dúvidas no esclarecimento obtido e lacunas no esclarecimento prestado, há necessidade de um modelo editorial que atenda àquelas especificidades.

O modelo (já descrito) assume especial relevância porque o público precisa de estar o mais bem informado possível sobre um tema de direitos humanos que é, também, um problema de âmbito global, que teve grande impacto em 2015 mas que já é apontado como um dos grandes desafios do séc. XXI.

O modelo é importante para informar, para produzir o contexto necessário, para combater estigmas, para sensibilizar as pessoas com as *estórias* dos “outros”. Esses “outros”, que pareciam tão distantes, não o são neste mundo globalizado e em constante movimento. Aqueles que ontem estavam a desembarcar numa ilha grega, num frágil barco de borracha, podem hoje ou amanhã serem nossos vizinhos, ao abrigo do programa de recolocação de refugiados.

Esta proposta é também pertinente porque deve ser privilegiada uma abordagem positiva e mais intercultural. Veja-se a retórica anti-imigração que sucedeu após a crise dos refugiados, retórica que ainda não parou (pelo contrário) e que teve eco nas eleições europeias recentes.

Também porque o tema deve ser abordado de forma contínua, para que não caía no esquecimento e que não se privilegie apenas as notícias das grandes tragédias, para logo serem esquecidas na semana seguinte.

O grande papel deste tipo de jornalismo e a ponderação das suas qualidades – de investigação, de mediador de percepções, com a centelha para o activismo - não deve ser relegado para segundo plano. Pelo contrário, deve ser assumido, encarado como uma potencialidade – não sem acarretar responsabilidade – mas que pode ajudar a tornar o mundo melhor.

BIBLIOGRAFIA

- Allen, W., Blinder, S. & McNeil, R. (2017). Media Reporting of migrants and migration. In M. McAuliffe & M. Ruhs (Eds.). *World Migration Report 2018*. Geneva: International Organization for Migration.
- Bardin, L. (2008). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bastos, H. (2005). Ciberjornalismo e Narrativa Hipermédia. *Revista Prisma.com*, Edição nº 1.
- Beman, G. & Calderbank, D. (2008). *The Human Rights-Based Approach to Journalism: Training Manual Viet Nam*. Bangkok: UNESCO Bangkok.
- Berglez, P. (2008). What is Global Journalism? *Journalism Studies*, 9 (6), 845-858.
- Bradshaw, P. (2014). Instantaneidade: Efeito da rede, jornalistas mobile, consumidores ligados e o impacto no consumo, produção e distribuição. In J. Canavilhas (Ed.). *Webjornalismo: 7 caraterísticas que marcam a diferença*. Covilhã: Livros LabCom.
- Cabral, P. (2015). *Construção de uma Responsabilidade Europeia Além-fronteiras: o novo conceito de “falhas sistémicas” no quadro dos critérios de determinação do Estado-membro responsável pelo tratamento dos pedidos de proteção internacional baseados no artigo 78.º do TFUE*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.
- Cabedoche, B. (2013). Intercultural Journalism. In F. Banda (Ed.). *Model Curricula for Journalism Education – A Compendium of new Syllabi*. France: UNESCO.
- Canavilhas, J. (2014). Hipertextualidade: Novas arquiteturas noticiosas. In J. Canavilhas (Ed.). *Webjornalismo: 7 caraterísticas que marcam a diferença*. Covilhã: Livros LabCom.
- Convenção de Genebra relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951). Retirado em Janeiro de 2017 de

http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1

- Cottle, S. (2009). Journalism and Globalization. In K. Wahl-Jorgensen & T. Hanitzsch (Eds.). *The Handbook of Journalism Studies*. New York: Routledge.
- Dias, S. (2013). *Reporting Human Rights: A Study of Broadcast News Representations and Journalism Practices*. Doctoral Thesis in Philosophy. Cardiff: Cardiff University.
- Durieux, J.F. & McAdam, J. (2004). *Non-Refoulement* through Time: The Case for a Derogation Clause to the Refugee Convention in Mass Influx Emergencies. *International Journal of Refugee Law*, 16 (1), 4-24.
- Edwards, A. (2005). Human Rights, Refugees, and The Right “To Enjoy” Asylum. *International Journal of Refugee Law*, 17 (2), 293-330.
- Fink, K. & Schudson, M. (2014). The rise of contextual journalism, 1950s-2000s. *Journalism*, 15 (1), 3-20.
- FRONTEX (2016). Migratory Routes. Retirado em Janeiro de 2017 de <https://frontex.europa.eu/feature-stories/profitting-from-misery-how-smugglers-bring-people-to-europe-tQtYUH>
- Gemi, E., Ulasiuk, I. & Triandafyllidou, A. (2013). Migrants and Media Newsmaking Practices. *Journalism Practice*, 7 (3), 266-281.
- Goodwin-Gill, G.S. (2001). Article 31 of the 1951 Convention Relating to the Status of Refugees: non-penalization, detention, and protection. Retirado em Janeiro de 2017 de <http://www.refworld.org/pdfid/470a33b10.pdf>
- Gordon, R. (2003). The Meanings and Implications of Convergence. In K. Kawamoto (Ed.). *Digital Journalism: Emerging Media and the Changing Horizons of Journalism*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers.

- Hafez, K. (2009). *Global Journalism for Global Governance? Theoretical Visions, Practical Constraints*. Speech held at Power and Pluralism. A Media Seminar on International Reporting. Sweden, 19-20 of March.
- Heinrich, A. (2008). Network Journalism: Moving towards a Global Journalism Culture. Retirado em Janeiro de 2017 de <http://ripeat.org/library/Heinrich.pdf>
- Howard, R. (2004). *Conflict sensitive journalism*. Denmark: IMS and IMPACS.
- International Council on Human Rights Policy (2002). Journalism, Media and the Challenges of Human Rights Reporting. Retirado em Janeiro de 2017 de http://www.ichrp.org/files/reports/14/106_report_en.pdf
- Jallow, A. Y. (2015). The Emerging of Global Journalism and Social Media. *Global Media Journal*, 13 (25), 1-10.
- James, M. (2008). Interculturalism: Theory and Policy. Retirado em Janeiro de 2017 de <https://baringfoundation.org.uk/wp-content/uploads/2014/09/interculturalism.pdf>
- Kalin, W. (2003). Supervising the 1951 Convention Relating to the Status of Refugees: Article 35 and beyond. Retirado em Janeiro de 2017 de <http://www.unhcr.org/publications/legal/419dc0b84/refugee-protection-international-law-supervising-1951-convention-relating.html>
- Lauterpacht, E. & Bethlehem, D. (2003). The scope and content of the principle of *non-refoulement*: Opinion. Retirado em Janeiro de 2017 de <http://www.unhcr.org/419c75ce4.pdf>
- Magalhães, B. (2014). *As potencialidades da internet no jornalismo digital – Jornal de Notícias vs Diário de Notícias*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Escola Superior de Comunicação Social.
- Martin, J. (2004). Positive Discourse Analysis: Solidarity and Change. *Revista Canaria de Estudios Ingleses*, 49, 179-200.

- McIntyre, P. (2003). Human Rights Reporting – A Handbook for Journalists in Southeastern Europe. Retirado em Janeiro de 2017 de <http://www.ifj.org/nc/news-single-view/backpid/59/category/reports-1/article/journalism-and-human-rights-handbook-on-human-rights-reporting-in-southeastern-europe-2003/>
- Miltner, B. (2015). The Mediterranean Migration Crisis: A Clash of the Titans' Obligations? *The Brown Journal of World Affairs*, 22 (1), 213-237.
- Naimou, A. (2016). Double Vision: Refugee Crises and the Afterimages of Endless War. *College Literature: a Journal of Critical Literary Studies*, 43 (1), 226-233.
- Oliveira, J. (2013). *Estudos de validação da Escala de Desejabilidade Social – DESCA*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Pavlik, J. V. (2014). Ubiquidade: O 7.º princípio do jornalismo na era digital. In J. Canavilhas (Ed.). *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença*. Covilhã: Livros LabCom.
- Peters, M.A. & Besley, T. (2015). The Refugee Crisis and the Right to Political Asylum. *Educational Philosophy and Theory*, 47 (13-14), 1367-1374.
- Pöyhtäri, R. (2014). *Immigration and Ethnic Diversity in Finnish and Dutch Magazines: Articulations of subject positions and symbolic communities*. Doctoral Thesis. Tampere: University of Tampere, School of Communication, Media and Theatre.
- Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados (1967). Retirado de http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1
- Rabaino, L. (2014). The year we contextualize the news. *Predictions for Journalism 2014: A Nieman Lab Series*. Retirado em Janeiro de 2017 de <http://www.niemanlab.org/2013/12/the-year-we-contextualize-the-news/>
- Reese, S. D. (2010). Journalism and Globalization. *Sociology Compass*, 4 (6), 344-353.

- Rocha, R.R. & Moreira, J.B. (2010). Regime Internacional para Refugiados: Mudanças e Desafios. *Revista de Sociologia e Política*, 18 (37), 17-30.
- Rose, T. (2013). A Human Rights-Based Approach to Journalism: Ghana. *The Journal of International Communication*, 19 (1), 85-106.
- Rost, A. (2014). Interatividade: Definições, estudos e tendências. In J. Canavilhas (Ed.). *Webjornalismo: 7 caraterísticas que marcam a diferença*. Covilhã: Livros LabCom.
- Salaverría, R. (2014). Multimedialidade: Informar para cinco sentidos. In J. Canavilhas (Ed.). *Webjornalismo: 7 caraterísticas que marcam a diferença*. Covilhã: Livros LabCom.
- Shaw, I. S. (2012). *Human Rights Journalism: Advances in Reporting Distant Humanitarian Interventions*. Bakingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Silva, D. S. (2016). As bases do jornalismo intercultural em ambiente digital. In *Anuário Janus 2017*. Lisboa: UAL.
- Thompson, A. (2007). The responsibility to report: a new journalistic paradigm. In A. Thompson (Ed.). *The Media and the Rwanda Genocide*. London: Pluto Press.
- UNHCR (2011). Handbook and Guidelines on Procedures and Criteria for Determining Refugee Status. Retirado em Janeiro de 2017 de <http://www.unhcr.org/publications/legal/3d58e13b4/handbook-procedures-criteria-determining-refugee-status-under-1951-convention.html>
- UNHCR (2014). So close yet so far from safety. Retirado em Janeiro de 2017 de <http://www.unhcr.org/54ad53b69.html>
- UNHCR (2018). Refugee Situations – Mediterranean Situation. Retirado em Março de 2018 de http://data2.unhcr.org/en/situations/mediterranean#_ga=2.82386134.1997173143.1522189117-383351128.1521322058

- UNICEF (2017). A child is a child: Protecting children on the move from violence, abuse and exploitation. Retirado em Março de 2018 de http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/A-child-is-a-child.pdf
- Ureta, A. (2011). The Potential of Web-only Feature Stories. *Journalism Studies*, 12 (2), 188-204.
- Wasserman, H. (2011). Global journalism studies: Beyond panoramas. *Communicatio*, 37 (1), 100-117.
- Yazgan, P., Utku, D.E. & Sirkeci, I. (2015). Syrian Crisis and Migration. *Migration Letters*, 12 (3), 181-192.
- Zamith, F. (2011). *A Contextualização no Ciberjornalismo*. Dissertação de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Zetter, R. & Ruaudel, H. (2014). Development and protection challenges of the Syrian refugee crisis. *Forced Migration Review*, 47. Retirado em Janeiro de 2017 de <http://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMRdownloads/en/syria/zetter-ruaudel.pdf>
- Zetter, R. (2015). *Protection in Crisis: Forced Migration and Protection in a Global Era*. Washington, DC: Migration Policy Institute.